

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUSTAVO LUCAS OLIVEIRA FREITAS

A INSERÇÃO DA CHINA NA ECONOMIA GLOBAL E SUA ADESÃO À  
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

UBERLÂNDIA

2021

GUSTAVO LUCAS OLIVEIRA FREITAS

A INSERÇÃO DA CHINA NA ECONOMIA GLOBAL E SUA ADESÃO À  
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Economia e Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Uberlândia como  
requisito parcial para obtenção do título de  
mestre em Relações Internacionais

Área de concentração: Economia Política  
Internacional

Orientador: Niemeyer Almeida Filho

Coorientador: Pedro Lucas Dutra Salgado

UBERLÂNDIA

2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F866 Freitas, Gustavo Lucas Oliveira, 1990-  
2021 A Inserção da China na Economia Global e sua Adesão à  
Organização Mundial do Comércio (OMC) [recurso  
eletrônico] / Gustavo Lucas Oliveira Freitas. - 2021.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.  
Coorientador: Pedro Lucas Dutra Salgado.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.563>  
Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. I. Almeida Filho, Niemeyer  
,1954-, (Orient.). II. Salgado, Pedro Lucas Dutra,1988-,  
(Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia.  
Pós-graduação em Relações Internacionais. IV. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRl				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 63, PPGRl				
Data:	10/09/2021	Hora de início:	13:30	Hora de encerramento:	16h
Matrícula do Discente:	11912RIT006				
Nome do Discente:	Gustavo Lucas Oliveira Freitas				
Título do Trabalho:	A Inserção da China na Economia Global e sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC)				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Economia Política Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Desenvolvimento Econômico, capitalismo dependente e fóruns multilaterais				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Elias Marcos Khalil Jabbou - UERJ; Marisa Silva Amaral - UFU; Pedro Lucas Dultra Salgado - UFABC; Niemeyer Almeida Filho - UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Niemeyer Almeida Filho - UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Niemeyer Almeida Filho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/09/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Silva Amaral, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/09/2021, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Elias Marco Khalil Jabbour, Usuário Externo**, em 07/10/2021, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3007875** e o código CRC **E93B914A**.

---

GUSTAVO LUCAS OLIVEIRA FREITAS

A INSERÇÃO DA CHINA NA ECONOMIA GLOBAL E SUA ADESÃO À  
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Economia e Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Uberlândia como  
requisito parcial para obtenção do título de  
mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Economia Política  
Internacional

Uberlândia, 10 de setembro de 2021,

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho – Orientador (UFU)

---

Prof. Dr. Pedro Lucas Dutra Salgado – Coorientador (UFU)

---

Prof. Dra. Marisa Silva Amaral – (UFU)

---

Prof. Dr. Elias Khalil Jabbour – (UERJ)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, por todo apoio que exerceram durante o processo do mestrado e que sem esse apoio eu não teria conseguido chegar até aqui. Agradeço a minha namorada, Samanta, que com toda a sua empatia, altruísmo e dedicação, teve papel fundamental para que eu pudesse ter a motivação necessária para a conclusão deste trabalho. Ao meu orientador, Niemeyer, por ter me orientado e me guiado com profunda competência exercendo um papel fundamental nesse processo, assim como também ao meu coorientador Pedro Salgado. Agradeço aos meus amigos do grupo de desenvolvimento econômico, Luís Francisco e Pedro Vinícius que, com suas ideias, possuem uma importante participação no desenvolvimento desse trabalho. À coordenação do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais que sempre me atendeu com toda atenção e paciência e à Universidade Federal de Uberlândia, lugar que considero como a minha segunda casa. Por fim, agradeço também aos professores Marisa Amaral e Elias Jabbour pela disponibilidade em fazerem parte da minha banca de defesa.

“O conhecimento nos faz responsáveis”

Che Guevara



## RESUMO

Com o estabelecimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento que visava retirar a China de uma condição de atraso e miséria de sua população, foram constituídas reformas econômicas com o intuito de promover o crescimento econômico através de políticas de flexibilização, que tinham como um dos objetivos, a atração de investimento estrangeiro e o aumento da participação no comércio internacional. Todas as políticas foram estabelecidas pelo Estado, que não abriu mão do controle da economia chinesa. A partir do surgimento da globalização e de uma nova divisão internacional do trabalho, o mundo se tornou um espaço economicamente integrado e com um comércio pulsante entre as nações. Nesse cenário é constituída uma instituição com o intuito de regular esse comércio e solucionar possíveis conflitos, a Organização Mundial do Comércio. Ciente da importância da Organização, a China notifica o antigo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) sobre seu interesse em se tornar membro e parte contratante do acordo e com isso, um grupo de trabalho é criado em 1987. As negociações duraram 15 anos e a admissão se realizou na Conferência Ministerial de Doha, no Qatar, em 2001. O presente trabalho tem como objetivo analisar essa estratégia de desenvolvimento estabelecida pela China e sua adesão à Organização Mundial do Comercio (OMC).

**Palavras-chave:** China; OMC; Desenvolvimento; Inserção.

## **ABSTRACT**

With the establishment of a national development strategy aimed at removing China from a condition of backwardness and misery of its population, economic reforms were created in order to promote economic growth through flexibilization policies, which had as one of the objectives, attracting foreign investment and increasing participation in international trade. All policies were established by the state, which did not relinquish control of the Chinese economy. With the emergence of globalization and a new international division of labor, the world has become an economically integrated space with pulsating trade between nations. In this scenario, an institution is created with the aim of regulating this trade and solving possible conflicts, the World Trade Organization. Aware of the importance of the Organization, China notifies the former GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) of its interest in becoming a member and contracting party to the agreement and with this, a working group was created in 1987. The negotiations lasted 15 years and admission took place at the Ministerial Conference in Doha, Qatar, in 2001. This work aims to analyze this established development strategy and its adhesion to the World Trade Organization (WTO).

**Keywords:** China; WTO; Development; Insertion.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EAM	Empresas de Aldeias e Municípios
EUA	Estados Unidos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
NMF	Nação Mais Favorecida
OIT	Organização Internacional do Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCCh	Partido Comunista da China
PIB	Produto Interno Bruto
RPC	República Popular da China
SASAC	Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Estado
TRIPS	Direitos de Propriedades Intelectuais Relacionadas ao Comércio
URSS	União Soviética
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 O DESENVOLVIMENTO CHINÊS APÓS AS REFORMAS DE 1978.....</b>	<b>12</b>
1.1 O PAPEL DO ESTADO.....	12
1.2 AS REFORMAS RURAIS .....	18
1.3 AS REFORMAS DO SISTEMA FINANCEIRO .....	21
1.4 AS ZONAS ECONOMICAS ESPECIAIS .....	26
1.5 COMÉRCIO EXTERIOR .....	29
<b>2 A ECONOMIA GLOBAL NO PERÍODO DAS REFORMAS ECONÔMICAS CHINESAS.....</b>	<b>34</b>
2.1 A QUEBRA DOS ACORDOS DE BRETTON WOODS .....	34
2.2 A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL .....	36
2.3 A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO .....	43
2.4 COMÉRCIO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO.....	49
<b>3 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINESA E SUA ADESÃO À OMC.....</b>	<b>57</b>
3.1 A IMPORTÂNCIA DA TRANSFORMAÇÃO DO GATT EM OMC .....	57
3.2 OS ANTECEDENTES DA ENTRADA DA CHINA NA OMC.....	60
3.3 O PROCESSO DE ADESÃO DA CHINA À OMC .....	70
3.4 O DESENVOLVIMENTO CHINÊS, SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA GLOBAL E SEU INGRESSO NA OMC .....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>

## INTRODUÇÃO

No final do século XX e início do século XXI o mundo viu o surgimento de uma nova e pujante força econômica na Ásia, a China. Com um projeto de expansão e ascensão econômica que tem como base o comércio internacional, a República Popular da China (RPC) se tornou não só uma potência econômica, mas também se apresenta como uma nova força geopolítica. Dentre esse projeto de expansão está à volta do interesse da China em organizações multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

As razões para a escolha do tema foi à relevância da China no cenário político e econômico internacional com seu pujante crescimento econômico e por ela ser o principal parceiro comercial do Brasil (APEX BRASIL, 2021). Foi escolhida sua adesão à OMC pela importância que hoje a instituição multilateral possui como um órgão de regulação do comércio internacional e de solução de controvérsias.

Com um mundo globalizado, onde o comércio entre nações é intenso e que fez com que a economia mundial se tornasse um amplo espaço integrado, ter um órgão regulador do comércio internacional e solucionador de controvérsias faz com que haja mais segurança nas relações comerciais entre os países. Fazer parte da instituição dá mais prestígio ao país para estabelecer acordos multilaterais, abrir novos mercados e evitar a discriminação de seus produtos exportados.

A China, ciente de que para o sucesso de seu programa de desenvolvimento precisava de uma inserção na economia global eficiente, viu no órgão uma base de segurança para se inserir sem passar por contratemplos que poderiam prejudicar o seu crescimento econômico. Com uma economia crescendo de maneira forte e consistente, decide entrar na Organização em 1986. O processo foi concluído em 2001 com a China já numa posição de destaque na economia global.

A presente dissertação pretende analisar através de levantamento bibliográfico e da pesquisa de dados sobre a economia chinesa e global, qual o papel da adesão do país à OMC em seu plano de inserção na economia global estabelecida pela estratégia nacional de desenvolvimento constituída através das reformas econômicas iniciadas em 1978. No decorrer do trabalho analisar-se-á se a entrada da China na Organização Mundial do Comércio e se essa ajudou o país em seu programa de desenvolvimento.

A dissertação tem como objetivo descrever a estratégia nacional estabelecida pelos chineses a partir das reformas econômicas e analisar se a entrada do país na OMC ajudou essa estratégia a ser bem sucedida. Através da descrição das principais características

do programa de desenvolvimento chinês, do contexto da economia mundial no período, da análise do processo de adesão do país na organização e da pesquisa de dados da economia mundial e chinesa, chegar-se-á conclusão de qual foi o papel da entrada da China na OMC em sua inserção na economia global e em sua estratégia de desenvolvimento.

Não cabe na presente dissertação estabelecer uma definição de qual formação econômica e social é adotada pela China. Esse tema necessita de uma pesquisa mais profunda e que requer mais tempo de trabalho, mas esse é um tema que poderá ser tratado pelo autor em trabalhos e projetos futuros com base nos conhecimentos adquiridos ao longo desse mestrado.

No capítulo 1 será descrito o desenvolvimento econômico chinês, para compreender se a entrada do país na OMC foi importante para sua estratégia nacional de desenvolvimento é preciso entender como se deram as reformas econômicas e quais suas principais características. No capítulo 2 será abordado o contexto da economia mundial na época. No capítulo 3, será descrito o processo de entrada na OMC, as características da Organização, o contexto político que se deu a entrada da China na instituição e será exposta a pesquisa de dados sobre a economia chinesa, através disso, se confirmará ou não a hipótese de que o ingresso da China na OMC foi importante a ajudou em sua inserção na economia global estabelecida nas reformas econômicas.

Escolheu-se analisar os dados econômicos de 1980 até o ano de 2019 com intervalos de tempo entre 1980 e 1990; 1990 a 2001; 2001 a 2010 e 2010 a 2019. Os intervalos de tempo foram escolhidos desta forma para demonstrar da melhor forma a influência do ingresso da China na OMC, pois o processo começa no final da década de 1980 e termina em 2001. De 1980 a 1990 é o período onde os efeitos das reformas já eram sentidos, mas a China ainda não havia se manifestado sobre sua volta à Organização, foi estabelecido um intervalo de tempo entre 1990 para analisar se só o interesse do país em voltar à instituição já ajudou a se inserir na economia global. O início do outro intervalo de tempo é 2001 porque foi esse o ano em que foi oficializada sua entrada na Organização tendo como final o ano de 2010, o outro intervalo de tempo foi estabelecido entre 2010 e 2019 para compreender melhor se a inserção da China na economia global foi bem sucedida com sua posição na OMC já consolidada. O autor preferiu não incluir o ano de 2020 na pesquisa, pois o desenvolvimento da pesquisa já havia começado além da pandemia de Covid-19 ter impactado profundamente a economia global, e os dados do respectivo ano poderiam distorcer o resultado da pesquisa. Os dados são representados em gráficos para que o leitor veja com

mais clareza qual o impacto da adesão à OMC na economia e na estratégia de desenvolvimento do país.

Foram escolhidos apenas indicadores referentes à exportação e ao crescimento do PIB, pois se entendeu que esses demonstrariam melhor como se deu essa inserção na economia global. Não foram escolhidos indicadores de importação e de investimentos estrangeiros, pois estes também refletem comportamentos da economia interna e o objetivo do trabalho é analisar a inserção do país na economia global.

O que mais chamou a atenção do autor da dissertação no decorrer da pesquisa foi a pouca quantidade de produção bibliográfica referente à China já produzida no nosso país, principalmente em relação a outros países como os Estados Unidos e as nações da União Europeia. É de fundamental importância que a produção científica brasileira se dedique mais a pesquisa sobre o país asiático, pois hoje ele já é a segunda maior economia do mundo (BANCO MUNDIAL, 2021) e o principal parceiro comercial do Brasil (APEX BRASIL, 2021). Compreender a China, sua história, seu sistema político e sua economia são de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso país.

## 1 O DESENVOLVIMENTO CHINÊS APÓS AS REFORMAS DE 1978

A situação econômica da China em 1978 beirava o caos e o desespero. A estrutura do país mal dava para abastecer a população que vivia escassez de produtos mais básicos como alimentos, água e energia. A condição herdada pela Revolução Cultural<sup>1</sup> era calamitosa.

O movimento de reformas políticas econômicas e sociais que se iniciam a partir daquele ano ocorre em função de dois grandes momentos de grande repercussão que colocaram a China em estado de falência e atraso econômico, o Grande Salto Adiante (1958) e a Revolução Cultural (1966-1976) (SILVA, 2008).

Esse capítulo tem o intuito de descrever o desenvolvimento chinês que veio a partir do estabelecimento dessas reformas a partir de cinco pontos: o papel do Estado; as reformas rurais; as reformas do setor financeiro; as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e a abertura ao comércio exterior. Compreender esses acontecimentos é fundamental para entendermos o processo de adesão da China à Organização Mundial do Comércio e o papel dessa adesão no desenvolvimento do país.

### 1.1 O PAPEL DO ESTADO

O Estado é o ator chave do processo de desenvolvimento chinês pós-reformas de 1978. Não restam dúvidas sobre a centralidade do seu papel no esforço concentrado de modernização e desenvolvimento do país. As reformas econômicas chinesas têm como característica fundamental a sua capacidade de operar as transformações necessárias ao estabelecimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

A essência do processo de desenvolvimento econômico reside na tomada de uma decisão política capaz de mobilizar toda uma sociedade em torno de uma estratégia de modernização e superação de uma situação de atraso, e no alcance de um equilíbrio entre a ação do Estado e do mercado, ou seja, trata-se do estabelecimento de uma *estratégia nacional de desenvolvimento* (JABBOUR, 2020, p.173).

A característica gradualista das reformas chinesas é expressa nessa participação do Estado no processo de desenvolvimento. Esse gradualismo é constatado na sua atuação com as políticas pós-reformas onde o domínio do mercado pelo Estado transforma toda a dinâmica econômica do país. Uma economia moldada por instituições típicas soviéticas que

---

<sup>1</sup> A revolução cultural foi um movimento liderado por Mao Tse-Tung que ocorreu na China de 1966 a 1976 que visava atacar resquícios de uma cultura tradicional chinesa. Foi uma década de exaltação ideológica, sectarismo político e quase guerra civil. O resultado foi uma verdadeira carnificina humana e institucional à medida que órgãos chineses sucumbiam a juventude liderada por Mao (KISSINGER, 2012).



se torna uma economia moderna capaz de prover ao Estado uma ampla capacidade de coordenação dos investimentos e dos capitais, o que dá margem para o país enfrentar as crises globais e continuar com suas políticas de desenvolvimento.

Essa natureza gradualista é expressa na junção de alguns processos encabeçados pelo Estado. Dentre esses processos podemos destacar o de domínio do mercado pelo Estado, que direciona suas energias à formação de um mercado consumidor incentivando o comércio; uma industrialização baseada no empreendedorismo camponês; indução de ampla concorrência entre pequenas, médias e grandes empresas; e o estímulo à educação, como base atenuante dos efeitos do próprio mercado sobre o corpo social. Além de planificar saltos, primeiro a própria indústria e em seguida ao comércio exterior (JABBOUR, 2020).

Em alguns países, como é o caso da China, os elementos básicos do atraso aparecem de forma tão evidente que levam os Estados a usarem de instrumentos institucionais que visam o incentivo à industrialização e a políticas de desenvolvimento (GERSCHENKRON, 2015). E é através destes instrumentos institucionais que o Estado toma a frente dessa estratégia nacional de desenvolvimento, estabelecida através das reformas que se iniciaram em 1978.

Com as reformas, o Estado deveria se reorientar para tomar a frente da modernização econômica no sentido específico de favorecer, por exemplo, a atração de capitais privados estrangeiros e simultaneamente preservar sua presença na economia. O Estado deveria preservar sua presença estatal na gestão econômica e produtiva e ao mesmo tempo, se integrar com a economia global (SOUZA, 2018).

Grandes desafios socioeconômicos como foram à instituição das reformas, exigiam um Estado ativo. O Estado é uma força de inovação e mudança que assume riscos e impulsiona mercados assumindo um papel de liderança (MAZZUCATO, 2014). E no caso das reformas chinesas, o Estado se dispôs a assumir esse papel de liderança na estratégia nacional de desenvolvimento. Nos países subdesenvolvidos, em alguns casos, “o governo pode ter que assumir uma liderança ativa da industrialização” (HIRSCHMAN, 1961, p. 304).

Por causa do seu desenvolvimento tardio essa estratégia nacional de desenvolvimento impunha a China, de acordo com Gerschenkron (1962 apud CHANG, 2004, p. 20) “a criação de veículos mais eficazes para mobilizar o financiamento industrial”. E o papel do Estado foi fundamental para essa mobilização através das medidas que começaram a ser tomadas com as reformas.

A estratégia chinesa para constituir um plano de desenvolvimento da economia nacional tem pouco a ver com a lógica de mercado (SAWAYA, 2011) e muito mais a ver com

o planejamento estatal para manter o capital sob seu domínio e controle. O que se tem é um crescimento econômico baseado em planejamento, onde o Estado controla todos os níveis da economia (JABBOUR, 2020).

Na falta de um sistema financeiro privado e de um núcleo empresarial com capacidade de fomentar o desenvolvimento, o Estado tem que ser capaz de estabelecer um sistema financeiro estatal que procure prover políticas de desenvolvimento (GERSCHENKRON, 2015). Majoritariamente estatal, o sistema financeiro chinês foi fundamental para a criação de um sistema de financiamento da atividade produtiva e voltado para a transformação estrutural da economia, o que foi muito pertinente para o processo de desenvolvimento do país. O sistema financeiro estatal estabelecido pelo governo chinês permitiu o financiamento do investimento em setores estratégicos da economia, tornando-se um alicerce para sua estratégia de desenvolvimento. Tudo isso com origem em medidas adotadas pelo Estado (JABBOUR, 2020).

O Estado também teve participação fundamental para superar os obstáculos relacionados ao financiamento da atividade produtiva. A China criou um sistema de financiamento da atividade produtiva, voltado para a transformação estrutural da economia. De acordo com Jabbour (2020), a expansão do sistema financeiro chinês, o qual ele chama de “evolução institucional” permitiu o financiamento do investimento em setores estratégicos. Essa evolução suprimiu a falta de um núcleo empresarial e de um sistema financeiro privado mais desenvolvido.

Nos modelos de desenvolvimento a riqueza de um país é determinada pela função da especialização das tarefas produtivas decorrente da divisão do trabalho e determinado pelo tamanho do seu mercado. Entretanto, o processo de desenvolvimento econômico pode ser impulsionado pela expansão do mercado, não importa quem organiza os modelos de produção (ARRIGHI, 2008). E no caso chinês, quem fez essa expansão do mercado e organizou os modelos de produção foi justamente o Estado.

Um grande exemplo da presença do Estado nesse processo de desenvolvimento econômico é a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Conselho de Estado (SASAC, sigla em inglês) que é a gestora dos ativos públicos e garantidora, ao lado dos grandes bancos estatais do desempenho do setor público no cenário da economia chinesa. É ela que implementa a adoção de métodos modernos de gestão e assegura o papel das empresas nas estratégias de Estado dentro e fora da China (JABBOUR, 2020).

A centralidade do papel do Estado vem da interação dessas instituições, como a SASAC, sistema financeiro público e grandes conglomerados estatais situados em setores

chave da economia, executando um papel mediador e executor. A entrada de capital estrangeiro vem sendo regulada e aberta de forma gradual pelo governo, assim como a desregulamentação do mercado.

O papel do Estado foi, e vai além da liderança do processo de industrialização e de regulação estatal do mercado, ele também está presente na forma da “socialização do investimento”. Essa socialização é explicada por Keynes que demonstra a necessidade do Estado de influenciar as decisões de investimento do setor privado com o intuito de promover o desenvolvimento de sua economia. Na China, esse processo combina grandes lideranças monetárias e fiscais com o próprio Estado tomando para si o papel tanto de prestador de última instância quanto de investidor de primeira instância (JABBOUR, 2020).

O desenvolvimento econômico do país pode ser explicado por um surgimento cíclico de instituições que delimitam uma contínua reorganização de atividades entre o setor estatal e privado da economia, sendo o Estado o comandante desse processo.

As reformas econômicas “marcam o início de um processo em que o desenvolvimento de um modo de produção distinto (socialismo) demandou que um novo tipo de superestrutura literalmente fabricasse um mercado como forma de sua sociedade revigorar” (JABBOUR, 2020, p. 78). A construção desse mercado levou o país a uma completa reorganização de sua estrutura econômica e social. O mercado tornou-se um instrumento do governo chinês para lhe dar respaldo político em sua base. Tanto é que o estabelecimento desse mercado acontece quando o Estado dá a permissão aos camponeses de comercializar seus excedentes de produção.

Mas esse papel do Estado muda de acordo com os diferentes ciclos econômicos<sup>2</sup> que vieram no decorrer das reformas. Essa frequente realocação do Estado junto com um processo dinâmico de reorganização de atividades tem garantido ao governo, o comando do processo de desenvolvimento. A compreensão sobre os ciclos econômicos e os processos de acumulação é importante para que possamos entender o papel do Estado no comando desse processo, “a cada ciclo mudam-se também as instituições e seu caráter, mudam-se também o papel do mercado e do setor privado e o alcance do planejamento econômico acompanha essa lógica cíclica” (JABBOUR, 2020, p. 203).

A China criou um método que lhe permitiu certo grau de controle sobre a estrutura produtiva e sobre os processos de acumulação de capital. Com a adoção desses

---

<sup>2</sup> No cenário da economia chinesa pós-reformas de 1978 o primeiro ciclo econômico se inicia no mesmo ano com o advento das reformas rurais. Depois disso, em 1992 se inicia um novo ciclo com a reorganização da relação entre o setor privado e o estatal. O terceiro ciclo se inicia em 2006 com a adoção do regime de câmbio semifixo (JABBOUR, 2020).

mecanismos a China consegue promover seu crescimento econômico garantindo controle sobre todo seu processo de desenvolvimento (SAWAYA, 2011).

Sawaya (2011) também afirma que esse crescimento econômico é baseado em planejamento. Um processo de controle da acumulação de capital feito de maneira muito organizada também pelo Estado. Um planejamento estatal protagônico que permite ao governo total controle sobre o capital e a eficiência de promover o crescimento resistente a crises internas e externas que suprem as carências de diferentes setores da sociedade e que leva o desenvolvimento a todas as regiões do país.

A China conseguiu, através da construção de instituições que consolidaram sua estratégia de desenvolvimento, atravessar tanto as avalanches políticas internas do final da década de 80 quanto às variações de uma época marcada pelo predomínio da ideologia neoliberal na economia nos anos 90.

Desde que o processo de reforma foi iniciado na década de 70, sua economia passou por um dos processos de desenvolvimento mais bem-sucedidos e significativos da história recente e o país se tornou um protagonista na atividade econômica mundial (CHAMORRO, 2008).

A atuação do Estado foi forte para o país se tornar esse protagonista e permitir a superação dos pontos de estrangulamento da economia, guiando a formação de um setor privado a uma relação de complementaridade. Isso combinado com uma transição muito bem conduzida de uma economia planificada com fortes restrições ao mercado, para outra de caráter planificado, mas combinado com um ambiente mercantil que permitiu ao governo fomentar o crescimento econômico sem nunca perder o controle desse processo (JABBOUR, 2020).

As flexibilizações e expansões mercantis implementadas pelo governo chinês sempre são seguidas da atuação estatal em outro patamar, incluindo nessa expansão o avanço do setor privado comprovando a relação de complementaridade citada anteriormente. “Um amplo avanço do setor privado na economia não prescindiu da formação de um novo e poderoso setor estatal” (JABBOUR, 2020, p.217). Ainda assim a estrutura da propriedade chinesa é bastante diferente do que a de outras partes do mundo. “A participação dos bens públicos na China hoje é um pouco maior – embora não seja comparável – ao que era no ocidente durante o regime de economia mista das duas décadas pós-segunda guerra mundial” (PIKETTY, 2017 apud JABBOUR, 2020, p.217).

A China direcionou estrategicamente, por meio da ação do Estado, os investimentos que recebeu a um projeto de desenvolvimento nacional. Essa estratégia foi

adotada por meio de planejamento estatal, manutenção de largas esferas de decisão econômica sob controle do Estado, relativo controle dos preços macroeconômicos (salários, juros e câmbio) além de investimentos em urbanização e infraestrutura (PARANÁ e RIBEIRO, 2019). Esses fatores possibilitaram ao país alcançar o *catching up*<sup>3</sup> e um crescimento econômico robusto, resistente às crises advindas do cenário externo e a avalanches políticas internas.

As reformas econômicas iniciadas em 1978 na China também têm como principal característica a capacidade do Estado de operar transformações políticas, econômicas e sociais necessárias para estabelecer uma política de desenvolvimento e uma estratégia de inserção na economia internacional em longo prazo (JABBOUR, 2020). Essa capacidade do Estado em promover esse desenvolvimento junto com uma inserção na economia internacional sólida faz com que enxerguemos toda transformação econômica e social na China como um processo único.

Entre 1980 e 1990, o crescimento econômico da China atingiu a impressionante taxa de 9.5% aa, superior à observada nos países do leste asiático. Entre 1985 e 1995, esta taxa foi ainda maior, 10.2% muito superior a das economias do leste asiático. Estes números (Banco Mundial, World Development Report) é que conferem à China posição única na economia internacional (MEDEIROS, 2012).

A robustez e a longevidade do crescimento econômico chinês verificado desde os anos 1980 são uma amostra clara de um vigoroso processo de *catching-up*. Esse processo pode ser percebido através da junção de três elementos. O primeiro é quando os investimentos ultrapassam o consumo na formação de demanda agregada e alcançam elevados patamares; o segundo é quando em 1993 o país se torna um importador de petróleo alterando sua posição no mercado internacional; e o terceiro é quando há uma aceleração do processo de urbanização (JABBOUR, 2020).

O sucesso das reformas chinesas não pode ser atribuído à receita neoliberal difundida pelo consenso de Washington<sup>4</sup>, mas sim ao gradualismo dessas reformas com a manutenção dos controles sobre o mercado e sobre a entrada e saída de capitais. As reformas em primeiro lugar sempre atenderam aos interesses nacionais, e não ao capital ocidental (ARRIGHI, 2008).

<sup>3</sup> “*catching-up* seria a representação do arranque de um estágio de subdesenvolvimento para um estágio de desenvolvimento econômico, entendido como um processo histórico de acumulação de capital e de aumento na produtividade que permite um crescimento da renda *per capita* e melhoria no bem estar da população” (JABBOUR, 2020, p.173).

<sup>4</sup> Termo utilizado por John Williamson, em 1990, para resumir a ideologia neoliberal difundida por Estados Unidos e Reino Unido que visava à adoção de reformas liberais pelas economias emergentes e defendidas pelas instituições multilaterais como FMI e Banco Mundial.

Imensos conglomerados estatais e um bem organizado sistema público de financiamento de suas políticas de desenvolvimento capacitaram o Estado a isolar sua política monetária da influência do capital externo, aumentando sua autonomia da China em relação às condições financeiras internacionais. Esta junção de políticas monetárias e fiscais flexíveis com políticas econômicas autônomas e estratégicas confirmou o novo patamar econômico alcançado pelo país (JABBOUR, 2020).

## 1.2 AS REFORMAS RURAIS

As primeiras reformas segundo Arrighi (2008) visaram a economia interna e a agricultura. A principal reforma foi a introdução entre 1978 e 1983 do Sistema de Responsabilidade Familiar que retirou das comunas a responsabilidade das decisões e do controle do excedente da produção agrícola e o devolveu às famílias.

A emancipação dos camponeses, de acordo com Gerschenkron (2015), é um pré-requisito absoluto para o alcance do *catching-up*. Casos como o da Alemanha, e o da França no século XIX, demonstram que as reformas do setor agrícola tiveram, na maioria das vezes, o objetivo de criar uma estrutura adequada ao desenvolvimento do país, apesar de não promovê-lo diretamente.

O governo chinês optou por uma reforma lenta e gradual sendo que a primeira etapa teve como foco uma reforma agrária que se caracterizou por manter os direitos de propriedade com o Estado, mas que permitiam aos camponeses venderem a ele uma parte da sua produção, permitindo ao camponês vender o excedente de sua produção no livre mercado (ao contrário de antes quando os agricultores eram obrigados a vender sua produção total ao estado). Isso melhorou o bem-estar nas zonas rurais e deu suporte político para o governo continuar com as reformas. De acordo com Souza (2018, p. 59),

No final da década de 1970, os camponeses começaram a ter a organização da sua atividade produtiva liberalizada, informalmente, suprimindo-se as formas estatais coletivas adotando-se o sistema de contrato de responsabilidade por família (*baochan daohu*). Após a venda da cota de produção para o Estado a família passou a vender qualquer quantidade no mercado. Tanto o presidente Hua Guofeng como o verdadeiro novo líder em ascensão, Deng Xiaoping estavam interessados na obtenção do respaldo político advindo das famílias camponesas.

Esse foi o primeiro passo das reformas implantadas pelo governo de Deng Xiaoping. Estabelecendo esse sistema de responsabilidade familiar, o governo retirou do Estado a responsabilidade das decisões sobre o excedente da produção do campo fazendo que essa decisão ficasse sob responsabilidade das famílias camponesas. Essa decisão junto com

um aumento de preço dos produtos agrícolas em 1979 e 1983<sup>5</sup> elevaram a produtividade no campo e o lucro dos agricultores. Comunas agrícolas foram abandonadas encorajando os camponeses aos centros de responsabilidade, que na prática, resumiam-se a fazendas familiares. A propriedade continuaria com o Estado, mas o gerenciamento seria deixado com os próprios camponeses. Acordos entre os camponeses e as autoridades definiriam a função de cada um com certa autonomia substancial de ação dada aos camponeses (KISSINGER, 2012).

A partir da Reforma de 1978 a terra permaneceu sob a propriedade do Estado, mas seu uso foi distribuído para cooperativas de famílias e famílias individuais. A política de "permitir que alguns camponeses enriquecessem primeiro" baseava-se num sistema de incentivos com as seguintes características: o produtor era obrigado a vender para o estado uma determinada quantidade física a um determinado preço. A produção remanescente poderia ser destinada ao autoconsumo ou à venda no mercado local a um preço normalmente superior ao fixado pelo governo (MEDEIROS, 2012, p. 08).

De acordo com Jabbour (2020) o governo chinês estabeleceu que o primeiro passo para a reforma seria o restabelecimento de um sistema interno capaz de alimentar e de superar a escassez de alimentos e ao mesmo tempo garantir condições mínimas para o nascimento de um mercado interno. A primeira medida para se estabelecer esse cenário foi dar aos camponeses a permissão para comercializar o excedente produtivo. Depois disso vieram os aumentos de preços estabelecidos pelo governo para aumentar a produtividade e a lucratividade no campo.

Essa reforma do setor agrícola onde os direitos de propriedade seguiram com o Estado, mas que permitiu às famílias camponesas a venda de seu excedente de produção no mercado melhorou o bem-estar rural. Além de reforçar a característica gradualista, essas reformas deram respaldo político ao governo para prosseguir com seu projeto de desenvolvimento (CHAMORRO, 2008).

Politicamente, de acordo com Souza (2018), era mais importante começar as reformas pelo campo. A maioria da população ali, ainda se defrontava com grandes dificuldades de vida. O atraso era visível e era preciso distribuir ganhos para incentivar os agricultores. Entre 1979 e 1981, o governo aumentou os preços dos produtos comprados dos camponeses em 40% e para evitar um aumento dos preços ao consumidor final, assumiu esses encargos através de subsídios com a finalidade de manter o nível baixo dos preços.

---

<sup>5</sup> Em 1979 e em 1983 o governo chinês elevou os preços dos produtos agrícolas como forma de fomentar o crescimento da produção e da lucratividade. A consequência foi um aumento extraordinário dessa produtividade no campo (ARRIGHI, 2008).

O aquecimento do setor primário da economia nos primeiros anos das reformas deu esse amplo respaldo político ao governo chinês. Deng Xiaoping percebeu que os camponeses seriam o catalisador de suas reformas econômicas concentradas primeiramente em restabelecer uma nova cadeia de abastecimento alimentar capaz de suprir com as necessidades de um amplo mercado interno que acabara de surgir (JABBOUR, 2020).

Com o surgimento desse mercado houve um processo de industrialização que se expandiu do campo para as cidades. Conforme Jabbour (2020, p. 111), “a China pós-1978 pode ser percebida como uma variante de *via americana*, ou seja, um processo de industrialização apoiado numa ampla economia de mercado que se expande do campo às cidades” onde as induções de tipo institucional potencializaram a transformação de pequenos e médios produtores em potenciais industriais.

Como consequência da produtividade e do aumento do lucro no campo houve um aumento na tendência das empresas de comunas a produzir mercadorias não agrícolas. Em 1984 as regulações que determinavam o funcionamento delas se tornaram ainda mais flexíveis permitindo que os agricultores trabalhassem em outras cidades nas novas Empresas de Aldeias e Municípios (EAM) de propriedade coletiva (ARRIGHI, 2008).

Chega-se a partir daí, a uma das principais características do processo de desenvolvimento chinês pós-reforma: o seu caráter rural de grande manufatura expandida da década de 1980 (JABBOUR, 2020). Os aumentos na demanda por bens industriais, consequências das elevações de renda e produtividade no campo, foram fator de deslocamento do excesso de mão-de-obra nos vilarejos e nas comunas formando assim uma nova divisão regional do trabalho que se baseavam nos complexos das comunas e vilarejos.

Com os surgimentos das EAM houve uma facilidade maior no direcionamento das autoridades para as políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo chinês. Com elas também houve a realocação dos excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo da mão-de-obra absorvendo, o excesso de trabalhadores rurais.

De acordo com Arrighi (2008), as EAM desempenharam um papel fundamental na ascensão econômica chinesa, pois absorveu trabalhadores rurais excedentes. Elas aumentaram a pressão competitiva, pois eram pouco regulamentadas. Foi uma fonte importante de receita tributária rural. E ao reinvestir os lucros e rendimentos, as EAM expandiram o mercado interno.

O desenvolvimento chinês pode ser entendido como um processo que se inicia no campo e depois se expande para o ambiente urbano. Tendo o gradualismo como característica principal, suas induções institucionais alavancaram a economia com a transformação de



produtores rurais em produtores industriais, tendo o Estado como principal controlador desse processo.

A expansão das EAM também foi importante para criar as condições materiais e políticas de escolhas e tomadas de decisão ante a crescente integração produtiva e financeira global (JABBOUR, 2020). Com a financeirização advinda da quebra dos acordos de Bretton Woods no início da década de 70, o capital produtivo ficou com uma maior mobilidade e em busca de melhores condições de reprodução além das fronteiras do Norte global. Esse processo de reconfiguração da economia global promoveu rearranjos geográficos e beneficiou a estratégia chinesa, que foi destino de parte desse capital.

O primeiro passo das reformas econômicas feitas por Deng Xiaoping que rearranjou a cadeia de produção agrícola foi o catalisador do crescimento econômico chinês. Essa reforma foi importante porque elevou a produtividade do campo, evitando uma crise alimentar e sustentando o crescimento do mercado interno. Deu respaldo ao governo do Partido Comunista da China (PCCh) para dar continuidade às reformas, já que grande parte da sua base política estava justamente no ambiente rural. Fez com que se criassem as EAM, empresas de Comunas e Vilarejos, que produziam mercadorias industriais dando início a uma nova posição da China na economia global. Como afirma Gerschenkron (2015), nenhum processo de desenvolvimento parece possível enquanto persistir obstáculos institucionais como a servidão dos camponeses ou a falta de respaldo político. As reformas rurais tinham como objetivo, superar esses dois obstáculos.

### **1.3 AS REFORMAS DO SISTEMA FINANCEIRO**

As reformas do sistema financeiro chinês visavam à inserção do país na economia global. As modificações nos sistemas, financeiro e bancário foram qualificadas como a internalização de práticas e instituições (GONÇALVES, 2008) que visavam dar mais dinâmica à economia, condizente com a estratégia nacional de desenvolvimento adotada com as reformas iniciadas em 1978. Para sustentar o crescimento, era preciso um sistema financeiro capaz de bancar todo esse processo. Isso claro, com um amplo controle estatal exercido por instituições direcionadas para a regulação e controle desse setor.

Parte da estratégia nacional de desenvolvimento da China estabelecida com as reformas que se iniciaram em 1978 envolvia o objetivo de constituir uma economia de mercado em conjunto com uma inserção do país no sistema financeiro internacional. Uma inserção que tinha como intuito alçar o país ao patamar de potência financeira. Essas

reformas, que visavam evoluir o sistema financeiro do país, podem ser caracterizadas como uma “evolução institucional” (JABBOUR, 2020).

Essa evolução institucional, de acordo com Jabbour (2020), acompanhou e até mesmo antecipou-se às exigências do processo de reformas, incluindo a superação do alto grau de repressão financeira. O Banco Popular da China elevou seu papel à própria regulação financeira enquanto quatro bancos setoriais atendiam as exigências de setores como agricultura, construções urbanas, infraestrutura, financiamento de importações e exportações. O país transformou sua estratégia de desenvolvimento em uma questão que envolvia a fusão entre a grande empresa e a grande finança, alçando o seu sistema financeiro a um grau de maturidade para alcançar um patamar de potência financeira.

Até 1979, o setor financeiro chinês, como em outras economias socialistas, tinha a função de atender aos planos de produção e investimentos governamentais (CHAMORRO, 2008). Entretanto, o governo chinês não procurava estabelecer uma completa liberalização do sistema financeiro. O que os chineses queriam era uma flexibilização para atender as demandas oriundas do processo de crescimento, mas ao mesmo tempo, manter um rígido controle estatal sobre esse setor. Para garantir essa flexibilização junto com uma forte regulação era preciso adaptar as instituições para que essas pudessem exercer melhor a regulação do sistema financeiro. E por conta desse movimento de melhora dos organismos reguladores do sistema financeiro que podemos caracterizar as reformas desse setor como uma evolução institucional.

De acordo com Jabbour (2020), com uma forte presença estatal, o sistema financeiro chinês possui diferentes graus de funcionalidade para a sua estratégia nacional de desenvolvimento. Uma delas é o impacto decisivo sobre as condições cada vez mais complexas de financiamento da economia e conseqüentemente sobre o nível de gastos dos agentes, afetando variáveis reais da economia como produto e emprego. A outra é o papel fundamental do sistema financeiro no contexto de uma economia sujeita a constantes surgimentos de pontos de estrangulamento, o que torna essencial a transferência de recursos para o enfrentamento dos constantes desequilíbrios existentes no país.

O que se observa no processo de desenvolvimento chinês é a capacidade, inicialmente, de o sistema financeiro estatal substituir a falta de um núcleo empresarial e de um sistema financeiro privado mais maduro (JABBOUR, 2020). Há que se fazer uma comparação entre o papel do Estado no desenvolvimento chinês e o papel dos Irmãos Pereire, do *Credit Mobilier*, um banco que teve papel importante no desenvolvimento francês ao financiar a construção de ferrovias. Na França, onde os Estado e grupos de interesse fortes

impediam de se haver uma forte política de industrialização, a criação de uma organização destinada à construção de ferrovias, abertura de minas e modernização de cidades impulsionou a inovação e o desenvolvimento do país. A iniciativa do *Credit Mobilier* impulsionou o *catching-up* francês, pois financiou investimentos em longo prazo essenciais para tirar a França da condição de atraso que possuía no século XIX (GERSCHENKRON, 2015). Esses investimentos em longo prazo para financiar obras de infraestrutura são fundamentais para superar as condições de atraso ao qual vivem os países subdesenvolvidos, e no caso chinês, esse papel executado pelo *Credit Mobilier* é feito pelo Estado.

“O processo de formação de instituições financeiras voltadas ao financiamento de longo prazo é o que distingue as experiências dos países atrasados” (JABBOUR, 2020, p. 186). E o que se observa na China é que o estabelecimento de um forte sistema financeiro estatal é capaz de substituir a falta de um sistema financeiro privado. A importância do estabelecimento desse sistema se dá porque “diferentes processos de industrialização ensejam variadas formas e principalmente ritmos e o desafio político do desenvolvimento requer a superação dos obstáculos relacionados ao financiamento das atividades produtivas” (JABBOUR, 2020, p. 185). Como afirma Gerschenkron (2015, p. 69)

...em diversos casos históricos importantes, os processos de industrialização, ao serem finalmente lançados em países atrasados, exibiram diferenças consideráveis, se comparados às nações mais adiantadas. Isso ocorre não só no tocante à velocidade do desenvolvimento (taxa de crescimento industrial), mas também às estruturas produtivas e organizacionais da indústria que emergiu desses processos. Em considerável medida, tais diferenças na velocidade e no caráter do desenvolvimento industrial resultam da ação de instrumentos institucionais com pouco ou nenhum equivalente nos países industriais avançados. Além disso, o clima intelectual em que se dá a industrialização – seu “espírito” ou “ideologia” – difere bastante entre países adiantados e atrasados.

Com isso, a China criou um sistema de financiamento da atividade produtiva voltado para uma transformação estrutural da economia. Esse sistema se revelou bastante funcional para a estratégia nacional de desenvolvimento. A expansão do sistema financeiro chinês permitiu o financiamento do investimento em setores estratégicos da economia e ajudando a corrigir possíveis gargalos econômicos que atrapalham o processo de desenvolvimento. O sistema financeiro chinês tornou-se uma das bases da estratégia nacional onde o Estado demonstra flexibilidade em mudar seu papel através de um conjunto complexo de instituições estatais. Instituições essas que atuam como entidades gestoras de coordenação e indução dos investimentos, além de agentes da “poupança forçada” (JABBOUR, 2020).

De acordo com Hirschman (1961), a indução e coordenação desses investimentos constitui um auxílio inestimável para o desenvolvimento e precisa ser conscientemente

utilizado no curso da estratégia de desenvolvimento já que esse investimento induz a outro investimento aumentando assim o recurso escasso. A maneira pela qual a coordenação de um plano de investimento aumenta o recurso escasso é a principal contribuição que as induções de investimento possuem para os programas de desenvolvimento.

Hirschman sustenta que a utilização de mecanismos de indução e investimentos governamentais em indústrias-chave permite não só a superação de pontos de estrangulamento da economia como também a criação de oportunidades de investimento e “encadeamentos para frente e para trás” ao setor privado; concentrando o investimento em indústrias-chave, governos podem estimular a geração de oferta em pontos de estrangulamento que se convertem em insumos para essas indústrias (JABBOUR, 2020, p. 2017).

A indução e coordenação dos investimentos podem auxiliar a efetivar uma transformação real de uma economia subdesenvolvida, pois toda essa coordenação é empreendida, pois espera encontrar um mercado para absorver toda essa produção induzida por esses investimentos coordenados aumentando assim a expectativa de crescimento daquela economia. Cada investimento induz uma série de investimentos subsequentes ainda há um elemento de convergência à medida que a produção das economias externas diminui a cada passo, além de aumentar a oferta de recursos escassos e de desatar pontos de estrangulamento (HIRSCHMAN, 1961).

Um Estado que constrói a capacidade de coordenar, agenciar e induzir políticas de investimento promove o deslocamento e concentração do seu setor produtivo em indústrias-chave que combinam alta produtividade com grandes retornos em escala e possibilitando a superação de pontos de estrangulamento deslançando sua estratégia de desenvolvimento e alcançando o seu *catching-up* (JABBOUR, 2020).

Os investimentos são a força capaz de compensar as dificuldades típicas dos países subdesenvolvidos. É preciso localizar um processo que os represente para ser essa força capaz de conseguir atravessar os obstáculos de um país atrasado. Um processo que possa ser utilizado para que ele seja empregado para promover o crescimento, que tenha um efeito contagiante, que provoque mais e mais investimentos, é o efeito completivo do investimento. O efeito completivo é um mecanismo essencial através do qual, novas energias são canalizadas para o processo de desenvolvimento e pelo qual o círculo vicioso, que parece confina-lo, possa ser desfeito. Dar o máximo objetivo a este efeito deve ser um objetivo primordial de qualquer estratégia de desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1961).

Para conseguir o efeito desses investimentos é preciso que haja uma coordenação capaz de regular e direcionar esses investimentos para o desenvolvimento do país. E é através das reformas do sistema financeiro que a China os direciona para serem capazes de induzir o

crescimento econômico. Esse processo de coordenação dos investimentos é imprescindível para a estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pelos chineses, pois foi através desse direcionamento que a China financiou o seu programa de desenvolvimento.

A centralidade do papel do Estado e a interação entre instituições, sistema financeiro e grandes conglomerados estatais em setores chaves da economia são elementos fundamentais para o sucesso da estratégia nacional de desenvolvimento. As entradas de capital estrangeiro e a desregulamentação do mercado têm sido executadas de maneira gradual e controlada pelo governo. O papel desse gradualismo e planejamento deve ser compreendido como parte da evolução institucional do setor financeiro, essa centralidade do Estado pode ser explicada como uma socialização do investimento (JABBOUR, 2020).

A política de socialização do investimento, de acordo com Jabbour (2020), se adapta a determinadas características. Uma dessas características é de que essa socialização combina grandes injeções monetárias e fiscais com o próprio Estado fazendo o papel de prestador de última instância e investidor de primeira instância. Baseados nos grandes conglomerados estatais junto com um sistema muito bem direcionado ao financiamento de longo prazo, o Estado garantiu o controle sobre o fluxo de capitais que o capacitaram a isolar sua política monetária dos fluxos de capitais externos, aumentando sua margem de manobra para a adoção de uma política econômica autônoma, políticas que foram essenciais para estabelecer a coordenação e a socialização do investimento. A socialização do investimento e seus mecanismos são “a expressão máxima de um processo de construção de instituições capazes de refletir ao longo do tempo a estratégia do país” (JABBOUR, 2020, p. 217).

Com as reformas, atribuiu-se ao Banco da China a incumbência de lidar com o capital estrangeiro em razão do comércio e do investimento estrangeiro. O Banco da Agricultura seria o responsável pelas transações na área rural. O Banco das Construções do Povo da China assumiria as transações bancárias advindas dos investimentos assim como a formação de capital, inclusive na produção industrial. O Banco Comercial e Industrial da China ficaria responsável por todas as outras transações não atribuídas aos outros bancos. Ao longo da década de 1980 foram criadas instituições menores como bancos dos governos locais, nas Zonas Econômicas Especiais e cooperativas de crédito em áreas rurais e urbanas. As operações se ampliaram cada vez mais, no final de 2006, os quatro grandes bancos (o Comercial e o Industrial; o Banco da China; o Banco da Construção e o Banco da Agricultura) detinham 52,5% dos ativos bancários (SOUZA, 2018).

A evolução do sistema financeiro acompanhou o processo de estabelecimento das reformas a partir de 1978. Até 1984, o Banco Popular da China (equivalente ao Banco

Central) tornou-se responsável pela regulação do sistema financeiro, gerenciando comissões como a de regulação bancária, a de regulação de valores mobiliários e a de regulação de seguros. Isso tudo, junto com os quatro grandes bancos estatais ganhando forma. Além disso, o Estado também procurou fortalecer sua posição como coordenador do investimento e centro da socialização do investimento com a formação da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Estado (SASAC) que foi criada no sentido de representar os interesses do Estado e de suas ações nas principais companhias do país. A formação da SASAC foi necessária para a criação de um espaço político para garantir a socialização do investimento em um ambiente de economia globalizada e também para garantir o controle do Estado sobre os mecanismos fundamentais do processo de globalização como câmbio e taxa de juros (JABBOUR, 2020).

O sistema financeiro chinês, de acordo com Jabbour (2020), pode ser visto como parte de um conjunto complexo de instituições indutoras do desenvolvimento, e que ao longo do tempo, essas instituições evoluíram e tornaram-se uma base fundamental para a estratégia nacional de desenvolvimento onde o Estado demonstra mudar seu papel de acordo com os ciclos econômicos estabelecidos pelos planos quinquenais. Mas principalmente o Estado, nesse caso, cumpre o seu principal papel, que é o de entidade gestora de mecanismos de coordenação e socialização do investimento. Essa evolução institucional que acompanhou o processo de reformas e que caracterizou a transformação do sistema financeiro ganhou ainda mais força na década de 1990 com o processo de admissão do país na OMC.

#### **1.4 AS ZONAS ECONOMICAS ESPECIAIS**

Em 1980, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e testar medidas econômicas em alguns territórios antes de implementá-las no resto do país, o governo da China instituiu as Zonas Econômicas Especiais (ZEE).

As ZEE ajudaram o Estado a exercer o seu poder de regulação estatal sobre as crescentes exportações e também sobre as importações, correspondendo ao objetivo do Estado chinês em coordenar e regular as atividades do setor privado (JABBOUR, 2020).

As Zonas Econômicas Especiais eram áreas geográficas concebidas dentro do território nacional onde o governo permitiu uma legislação econômica mais aberta. Nessas áreas, o governo incentivou uma série de atividades produtivas geralmente orientadas para a exportação sem que essas fossem aplicadas de forma geral em todo o país (CHAMORRO, 2008). Para facilitar o processo de acolhimento do investimento estrangeiro, o governo

instituiu as zonas onde as empresas recebiam maior liberdade de ação e os investidores ganhavam condições especiais (KISSINGER, 2012).

Para atender a uma estratégia nacional de inserção econômica do país, que estava inserida dentro estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pelo governo chinês, à instituição das ZEE ia de encontro à criação de uma zona de convergência econômica com Hong-Kong e Taiwan, um primeiro passo em direção a uma reunificação do país. As primeiras cinco áreas onde foram instituídas as ZEE foram Shantou, Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e Hainan. Ambas foram escolhidas de forma estratégica por estarem perto de Hong-Kong, Taiwan e dos portos da Indonésia e de Singapura. Xangai foi escolhida como novo centro financeiro e industrial do país e sede da Zona Econômica Especial de Pudong, criada para abrigar os escritórios das corporações industriais chinesas (JABBOUR, 2020).

De acordo com Souza (2018), ao construir as zonas próximas a Taiwan, Hong-Kong e Macau, a expectativa era que elas facilitassem a reintegração das mesmas e uma abertura de caminho para que aconteça o mesmo com Taiwan. As Zonas também foram criadas com o objetivo de atrair o capital da diáspora chinesa que se concentrava justamente nesses três lugares. Era esperado que com a instalação das ZEE, as empresas trouxessem tecnologia, aumento das exportações, empregos e formação para atuação no mercado.

Nas ZEE, sem subordinação ao sistema de planificação, as empresas contavam com incentivos fiscais e eram livres para contratar e gerir a força de trabalho. Além disso, concentraram-se na produção intensiva em mão-de-obra, com abundante disposição de força de trabalho e contando com isenção tributária para importar peças e outros componentes, garantindo assim competitividade no mercado externo (SOUZA, 2018).

O governo chinês investiu pesado na criação dessas zonas. Graças ao seu tamanho continental e a grande população do país, o governo conseguiu combinar as vantagens da industrialização, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro nas ZEE, com as vantagens de uma economia nacional centrada em si mesma e protegida pela participação do Estado. O tamanho do território chinês permitiu o estabelecimento de vários conglomerados industriais básicos, cada um com sua especialização. A divisão de trabalho demonstra bem a estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pelo governo chinês para promover esse desenvolvimento para setores chave da economia que fazem uso intensivo de conhecimento e inovação, porém sem abandonar o uso intensivo de mão-de-obra (ARRIGHI, 2008).

As ZEE mantinham a característica do gradualismo presente nas reformas, onde o Estado estabelece degraus de desenvolvimento onde se determina a formação de um centro dinâmico e uma posterior incorporação da periferia a esse centro. Tudo isso é estabelecido no

VII Plano Quinquenal (1986-1990), engendrando uma concentração territorial de renda. Entretanto, em 1992 o programa de abertura foi autorizado no restante do país (JABBOUR, 2020).

As empresas situadas nessas Zonas Econômicas Especiais possuíam liberdade cambial e se beneficiavam de programas de isenção de impostos, uma legislação completamente diferente do resto do país, onde as empresas tinham que se subordinar a política chinesa de comércio exterior fortemente protecionista e dirigida simultaneamente para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno. Os objetivos das ZEE eram de atrair investimentos estrangeiros e inserir a China no cenário econômico global (MEDEIROS, 2012).

De acordo com Nonnemberg (2010), a criação das Zonas Econômicas Especiais foi importante para esse aumento dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), já que as zonas forneciam incentivos à instalação de empresas multinacionais. Além disso, diversos serviços públicos eram subsidiados nas ZEE como transporte, energia e saneamento garantindo infraestrutura para as empresas e para a população que trabalhavam nas zonas, tudo isso com o intuito de atrair investimentos e mão-de-obra, dinamizando a economia.

As instalações das Zonas tinham várias vantagens, em vez de se estabelecer uma mudança global no país é mais fácil aplicar essas experiências de flexibilização em uma área delimitada constituindo novas instituições passo a passo. Essas zonas possuem apoio logístico, infraestrutura, incentivos fiscais e maior liberdade para a viabilização de investimentos. Além disso, as ZEE favorecem a livre importação de insumos impulsionando a competitividade e criam no mesmo lugar, setores tecnológicos reduzindo custos administrativos de pequenas e médias empresas (SOUZA, 2018).

Além das atividades de processamentos de exportações realizadas nessas ZEE, houve também nessas indústrias voltadas para a exportação, o desenvolvimento de capacidades tecnológicas que gerariam impactos significativos sobre o conjunto do setor exportador e sobre toda a cadeia produtiva chinesa. O governo chinês utilizou de instrumentos de financiamento e de política industrial com o objetivo de fortalecer as empresas nacionais para torná-las importantes peças dentro do cenário global e fazendo assim, com que o país ampliasse sua participação na economia internacional. Tudo isso teve início com a implantação das Zonas Econômicas Especiais (PINTO E GONÇALVES, 2015).

As corporações estrangeiras inicialmente, se dirigiram quase que exclusivamente as ZEE, onde receberam diversos incentivos, além de contar com o benefício da infraestrutura, transportes e centros de pesquisa. A localização privilegiada fez com que as



ZEE tivessem um papel relevante no desenvolvimento tecnológico chinês, e consequentemente, na estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pelo governo chinês com as reformas (NONNEMBERG, 2010).

Inicialmente, as Empresas Multinacionais dirigiram-se quase que exclusivamente às ZEE – onde recebem diversos incentivos fiscais, terrenos e edificações; localizam-se ao lado de fornecedores e de outras indústrias semelhantes, além de centros de pesquisa, incubadoras de empresas, laboratórios de ponta, infraestrutura de energia e transporte. Essa localização privilegiada facilita o surgimento de transbordamentos tecnológicos: é o sonho de um Sistema Local de Inovação tornado realidade. Essa forma de agrupamento regional das indústrias, especialmente daquelas mais intensivas em conhecimento, teve papel relevante no desenvolvimento tecnológico chinês (NONNEMBERG *et al.*, 2008, p. 19).

Conforme Jabbour (2020), a instalação das ZEE beneficiou a economia chinesa e foi decisiva para o sucesso de sua estratégia de internalizar tecnologias via Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) junto com uma política agressiva de exportações. O papel dessas exportações em conjunto com uma política financeira regulada fortemente pelo Estado permitiu aos chineses a obtenção de um espaço para a sua política de socialização do investimento em um ambiente de economia globalizada e financeirizada. Todos esses fatores tinham como principal objetivo a manutenção do controle estatal sobre a economia. O comércio exterior exerceu desde o início das reformas, uma influência fundamental nas mudanças produtivas chinesas, a começar pelas Zonas Econômicas Especiais, o governo chinês viu na adoção desses mecanismos, um incentivo para alavancar sua produção e sua participação na economia global (SOUZA, 2018).

## **1.5 COMÉRCIO EXTERIOR**

Desde o início das reformas, o governo chinês estabeleceu uma “política de portas abertas” que compreendia que a integração ao comércio internacional seria um recurso importante para a modernização tecnológica e a expansão produtiva do país (SOUZA, 2018). Ao longo desse tempo, assim como em outros setores da economia, o papel do Estado se modificou de acordo com as necessidades que essa transformação econômica apresentava, principalmente após sua entrada na Organização Mundial do Comércio em 2001.

Para se entender o peso do comércio exterior para a ascensão chinesa, em 1978 as exportações/importações foram da ordem de US\$ 9,75 bilhões/US\$ 10,89 bilhões respectivamente. Já em 2014 essas mesmas variáveis alcançaram o valor de US\$ 2,34 trilhões/US\$ 1,96 trilhão. Isso tudo aliado a uma estratégia voltada para um modelo econômico voltado para a exportação (JABBOUR, 2020).

As grandes transformações econômicas da China possuem um vínculo especial com o comércio internacional. Em 2016, com 13,15%, mantinha-se como o maior exportador do mundo e detinha o segundo lugar com importador possuindo 9,78% do total das importações mundiais. O país agora, volta suas atenções para a iniciativa *One Belt Road* (A Nova Rota da Seda<sup>6</sup>), um conjunto de obras de infraestruturas que visa fortalecer novas rotas comerciais por terra e por mar que irá conectar a China com o resto do mundo e fortalecer sua posição como centro do comércio global (SOUZA, 2018).

As transformações ocorridas na estrutura industrial chinesa evidenciam que incentivar essa política industrial voltada a exportação foi um fator determinante para o país se inserir na economia internacional. Essa política de “portas abertas” aliada com um desenvolvimento tecnológico; capacidade de oferta em quantidade, qualidade e preço combinada com uma política de atração (incluindo uma política de atração de investimentos estrangeiros com foco no comércio exterior) e coordenação dos investimentos fez com que o país se consolidasse como uma peça importante no cenário do comércio internacional. O período das reformas resultou em uma reestruturação do padrão de comércio do país o que permitiu ganhar novos mercados no exterior (MASIERO e COELHO, 2014).

Entretanto, essa política de “portas abertas” foi feita de maneira gradual e com um amplo controle estatal. Parte desse controle estatal foi feito através das instituições que regulavam o sistema financeiro, a evolução institucional que caracterizou as reformas do sistema financeiro também visavam o comércio exterior, pois a China via através do aumento dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) uma forma de aumentar sua participação no comércio internacional com a atração de companhias transnacionais, principalmente nas Zonas Econômicas Especiais. E com um maior controle sobre os IED o governo chinês poderia direcioná-los para um aumento de suas indústrias voltadas a exportação.

Outras formas de investimento foram desestimuladas de modo que o processo de abertura da economia chinesa dissesse respeito quase exclusivamente à entrada de investimento estrangeiro, vinculada a sua política de comércio exterior. Essa política de atração foi baseada em tratamentos administrativos preferenciais e na redução e isenção de tarifas para aquelas empresas nas quais o investimento estrangeiro direto fosse considerado satisfatório. A experiência chinesa demonstra que a natureza e a direção que assume o investimento estrangeiro direto numa economia, assim como a contribuição que o mesmo

---

<sup>6</sup> O objetivo do projeto é extremamente ambicioso e pretende promover mudanças radicais em toda a Ásia Central, contribuindo para integração interna do país e deste com seus vizinhos. A ideia é criar um grande conjunto de infraestruturas (rodoviária, ferroviária e marítima) que ligará a China à Europa, passando por 21 países (MILLER, 2014 apud PARANÁ e RIBEIRO, 2019, p. 62).

pode dar à inserção externa do país, dependem de como esse país promove a abertura e a coordenação dessas políticas. O país optou por adotar uma estratégia de inserção internacional através do estabelecimento de um marco regulatório com foco na associação entre investimento e desempenho exportador. Tudo isso com um controle rigoroso do Estado (ACIOLY, 2005).

Com as medidas orientadas para a regulação dos investimentos estrangeiros que faziam parte da estratégia chinesa de inserção na economia o governo criou *joint ventures* onde dividia com a iniciativa privada o controle dessas empresas, entretanto, o controle administrativo dessas companhias ficava com o Estado (SOUZA, 2008). As *joint ventures* tinham como função direcionar os investimentos externos para a construção e ampliação da capacidade produtiva, principalmente voltada para a exportação, somente em 1991 que essas companhias também direcionaram seus investimentos para a capacidade produtiva do mercado interno (JABBOUR, 2020). A principal função das *joint ventures* era direcionar os investimentos estrangeiros para onde o Estado achasse que era melhor.

Outro fator essencial para a estratégia da China em se inserir na economia mundial e no comércio internacional foi a taxa de câmbio. Essa variável foi fundamental, pois atuou como elemento indutor das exportações, principalmente combinada com uma política industrial ativa. De fato o governo chinês adotou uma série de medidas amplas de políticas industriais como a implantação das ZEE; fusões e aquisições no âmbito estatal; processo de substituição de importações que foi favorecido por uma taxa de câmbio desvalorizada; compra de pacotes tecnológicos além de amplos incentivos à internacionalização de suas empresas resultando num processo de desenvolvimento baseado nas exportações de produtos intensivos em mão de obra (JABBOUR, 2020).

De acordo com Medeiros (2012), em 1984, o Yuan foi desvalorizado, e foi estabelecido um mercado dual de câmbio onde tinha o oficial, administrado como uma taxa flutuante, e o mercado de swaps exclusivo das Zonas Econômicas Especiais, onde a moeda ainda era mais desvalorizada. A moeda chinesa se desvalorizou fortemente na década se tornando extremamente desvalorizada frente a outras moedas asiáticas - como o Iene japonês - a partir da década de 90, com o aumento dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), a taxa de câmbio começou a se valorizar. Também houve uma regulação da entrada de moeda estrangeira, que aumentou graças ao crescimento das exportações e das importações. Para evitar a evasão de divisas foram impostas medidas para as empresas que se estabeleceram no país, como cotas de exportações. Isso foi feito para manter o equilíbrio das contas em moeda estrangeira (ACIOLY, 2005).

A taxa de câmbio foi também um fator fundamental na estratégia de inserção comercial e produtiva externa chinesa porque atuou como elemento indutor da sua política de exportações que combinada com outras políticas (como as Zonas Econômicas Especiais) a impulsionou para um papel de destaque no cenário econômico global contrariando as recomendações de correntes neoliberais e do Consenso de Washington que recomendavam que o câmbio ficasse a mercê das forças do mercado, sem interferência do Estado (JABBOUR, 2020).

Os promotores institucionais do Consenso de Washington – o Banco Mundial e o FMI, o Tesouro dos Estados Unidos e o do Reino Unido, apoiados pela mídia formadora de opinião como o *Financial Times* e o *The Economist* – proclamaram que a redução da pobreza e da desigualdade de renda no mundo que acompanhou o crescimento da China desde 1980 pode ser atribuída ao fato de os chineses terem adotado a política que eles receitavam. A afirmativa é desmentida pela longa série de desastres econômicos que a adoção real da receita provocou na África Subsaariana, na América Latina e na antiga União Soviética (ARRIGHI, 2008, p. 360).

Coube ao Estado elaborar a estratégia chinesa de inserção na economia e no comércio internacional. Através da adoção de políticas para preparar o país, a estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pelos chineses conseguiu inserir o país na economia global o alçando a um papel de destaque no comércio internacional. Medidas que visavam à atração de capital estrangeiro; competitividade a partir de uma política cambial que visava inserção no comércio internacional e que não seguia o receituário neoliberal; formação das Zonas Econômicas Especiais; políticas de coordenação de investimentos, inclusive estrangeiros, além de obras voltadas a infraestrutura foram fundamentais para a consolidação dessa estratégia.

A partir da década de 90, a China conseguiu acelerar sua participação no comércio internacional e em apenas três anos, de 2000 a 2003 quase dobrou suas vendas ao exterior. Dentre outros fatores, a adesão à OMC em 2001 ajudou esse desempenho ao diminuir as barreiras comerciais para os produtos chineses. Todo esse processo de adesão à OMC se deu sem que a China adotasse o receituário neoliberal imposto por instituições como FMI e Banco Mundial, dominadas por Estados Unidos e União Europeia (SOUZA, 2018).

Como já citado neste capítulo, o Estado é o elaborador e articulador chave da estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pela China. A estratégia que veio a partir das reformas visou primeiro a construção de uma estabilidade política e um crescimento econômico baseado mais no mercado interno através das reformas rurais. Depois, com as reformas financeiras e as Zonas Econômicas Especiais, o país buscou uma maior inserção na

economia global através de um crescimento nas suas exportações para alcançar um papel de destaque no comércio internacional, o que levou ao processo de adesão à OMC.

Mas, para entender como se deu parte dessa estratégia de desenvolvimento através de uma maior participação na economia global é preciso também entender o contexto da economia internacional na época das reformas e do processo de adesão da China à OMC. É o que será descrito no capítulo seguinte.

## **2 A ECONOMIA GLOBAL NO PERÍODO DAS REFORMAS ECONÔMICAS CHINESAS**

Coincidentemente, no período que a China iniciou suas reformas econômicas, a economia internacional passou por profundas mudanças. A Era de Ouro do Capitalismo (HOBBSAWN, 1995) que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial levou desenvolvimento e industrialização tanto ao centro quanto à periferia e durou até o início dos anos 1970 onde a quebra do padrão dólar-ouro instituído nos acordos de Bretton Woods em 1944 foi substituído por um sistema de desregulação financeira e monetária com o domínio do capital financeiro e das corporações transnacionais. Esses acontecimentos são importantes para compreender o contexto internacional no período que ocorreram as reformas econômicas chinesas.

### **2.1 A QUEBRA DOS ACORDOS DE BRETTON WOODS**

Em junho de 1944, na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos, 44 países se reuniram para traçar as novas diretrizes e instituições que coordenariam o sistema financeiro internacional depois do fim da Segunda Guerra Mundial (SIMON, 2011). Convencidos do erro cometido ao final da Primeira Guerra, quando a desregulação dos mercados provocou a crise de 1929 e a grande depressão dos anos 30, os economistas presentes em Bretton Woods admitiram que o Estado deveria regular o ciclo econômico. O surgimento do socialismo e de partidos comunistas na Europa no final da segunda guerra teve papel importante na definição dessa estratégia. De acordo com Belluzzo (2008, p. 2) o acordo de Bretton Woods “permitiu que os países controlassem suas contas de capital, proporcionando-lhes maior autonomia na fixação das políticas monetária e fiscal”.

Além das novas diretrizes do sistema financeiro internacional as conferências também criaram instituições para a regulação do sistema financeiro internacional, essas instituições eram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O Banco era uma agência independente das Nações Unidas com o intuito de fomentar e promover o desenvolvimento dos seus países membros. Já o FMI foi criado para servir como um fundo de estabilização destinado a socorrer os países que possuíam déficit em seus balanços de pagamentos (OLIVEIRA, MAIA e MARIANO, 2008). O Fundo seria munido de um acervo de moedas nacionais, que deveriam ter aceitação internacional e servir como meio de pagamento para as economias nacionais. Inicialmente, a criação da liquidez no cenário

econômico internacional estaria sob a tutela das políticas monetárias dos países que emitissem a moeda aceita no âmbito internacional (SIMON, 2011).

Instituíram-se no pós-guerra, assim, esses acordos dos quais surgiram um “conjunto das relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras” (BELLUZZO, 1995, p. 12). Esse período seguinte ao acordo nas décadas de 50 e 60 ficou marcado por um crescimento econômico equilibrado, caracterizado por uma maior regulação dos mercados, firmada nesse mesmo acordo. O começo da década de 70 se inicia com o rompimento do padrão dólar - ouro instituído no mesmo acordo. Os Estados Unidos rompem o acordo unilateralmente em 1973.

Em agosto de 1971, o governo norte-americano suspendeu o padrão dólar-ouro instituído nos acordos de 1944. Com isso, o antigo padrão deu lugar ao padrão dólar-flexível. A flutuação do dólar, mais a sua completa inconvertibilidade, deu total autonomia à política econômica norte-americana, suprimindo por completo os constrangimentos impostos pelas regras criadas em Bretton Woods. O novo padrão, mais flexível, amplificou a assimetria e a hierarquia do sistema monetário internacional, estabelecendo um padrão sistêmico de riqueza, o subjugando ao mundo das finanças e cada vez menos sintonizado com o plano da produção e do trabalho (OLIVEIRA, MAIA e MARIANO, 2008).

O fato é que o conjunto das relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras que nasceu do acordo de Bretton Woods e prosperou sob a liderança americana, não resistiu ao próprio sucesso. Os Estados Unidos e sua economia cumpriram, durante os primeiros vinte anos do pós-guerra a função hegemônica que decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar. Sob o manto desta hegemonia foram reconstruídas as economias da Europa e do Japão e criadas às condições para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo (BELLUZZO, 1995, p.12).

O fim do padrão dólar-ouro em 1973 representou o fim do sistema de Bretton Woods, inaugurando uma nova era de instabilidade nas relações monetárias internacionais com a crise do modelo sendo agravada com o primeiro choque do petróleo. As economias capitalistas experimentaram um longo processo de recessão junto com um crescimento alto de taxas de inflação. Na década seguinte, com a eleição de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, os programas de regulação econômicos estabelecidos pelos acordos foram substituídos, em quase totalidade, por programas de desregulação financeira e ausência estatal (PERES e ARAÚJO, 2011).

O sistema de Bretton Woods foi substituído por um sistema de flutuações sujas. Foi sob a bandeira da desregulação financeira e monetária que se deu a expansão do circuito financeiro internacionalizado, a quebra dos sistemas de regulação permitiu o surgimento de

operações e depósitos que escaparam da alça de controle dos bancos centrais. A fonte inicial dessas operações eram os dólares que excediam a demanda dos agentes econômicos e das autoridades monetárias estrangeiras, e é neste ambiente de instabilidade financeira e descentralização do sistema monetário internacional que ocorrem as transformações que culminariam no processo de financeirização do capital. Todo esse processo de transformação pode ser entendido pela supremacia da desregulação e do mercado de capitais, substituindo a dominância anterior de um sistema financeiro regulado e dos investimentos em produção (BELLUZZO, 1995).

Em 1989, na esteira da onda de desregulação iniciada com a quebra dos acordos de Bretton Woods foi instituído o Consenso de Washington, onde representantes do FMI, do Banco Mundial, e do governo norte-americano se reuniram para avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina, que visavam o encolhimento da máquina estatal e a desregulação econômica para o desenvolvimento da região. As recomendações do Consenso acabaram se tornando um receituário imposto por instituições internacionais para a concessão de empréstimos pedidos pelos países que os quisessem, nações deveriam se adequar para receberem financiamentos do FMI e do Banco Mundial. Os resultados na América Latina foram modestos enquanto que nos países asiáticos, que não seguiram as recomendações do Consenso, as taxas de crescimento foram extraordinárias nas décadas de 80 e 90 (PERES E ARAÚJO, 2011).

Também de acordo com os Peres e Araújo (2011), esse fracasso do receituário imposto pelo Consenso de Washington demonstra a importância do Estado como coordenador do desenvolvimento econômico. A consequência para os países que seguiram o Consenso foi uma estagnação. O Consenso fez com que nesses países houvesse uma ausência de uma estratégia de desenvolvimento combinada com medidas de desregulação que beneficiavam a especulação em detrimento a programas voltados a produção e a geração de empregos, marca da financeirização do capital advindo da quebra dos acordos de Bretton Woods. O Consenso tirou a capacidade das nações de articularem estratégias de desenvolvimento, já que as imposições feitas por instituições como o FMI e o Banco Mundial retiravam sua autonomia e sua capacidade de tomada de decisão no campo econômico. A China, por exemplo, não seguiu as recomendações feitas pelo Consenso.

## **2.2 A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL**



Após a quebra dos acordos de Bretton Woods, a economia mundial estava cada vez mais subordinada aos interesses de um capitalismo predominantemente rentista, cujo funcionamento está cada vez mais atrelado aos interesses desse capital e que tem seu poder sustentado pelas instituições financeiras internacionais e pelos Estados mais poderosos do planeta. Essa nova fase de internacionalização do capital reflete também mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho como também entre o capital e o Estado em sua forma de bem-estar. Desde a recessão de 1974-75, que marcou o início desta longa crise rastejante cuja “solução” os economistas tiveram tanta dificuldade em enxergar, o capital tudo fez no sentido de romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder “civilizá-lo”, o capital voltou a ter liberdade para se desenvolver e, principalmente, para se movimentar em âmbito internacional de um país ou de um continente para outro, liberdade que não desfrutava desde 1914.

A *Pax Americana* prevaleceu até o início da década de 70 com a manutenção do sistema de Bretton Woods e instituições como o Banco Mundial e o FMI. Contudo, isso começou a mudar após a crise econômica mundial no começo dos anos 70 com a quebra do padrão dólar-ouro e o colapso do sistema de regulação instituído nas convenções realizadas na década de 40. A partir da erosão desses princípios, ocorreu uma crescente internacionalização da produção e das finanças impulsionadas por uma classe gerencial transnacional, o que levou uma nova estrutura econômica global, a globalização, que aumentou o poder estrutural do capital transnacional e levou a um fracionamento do capital e do trabalho em forças sociais transnacionais e nacionais. Durante esse período, a base social foi alterada à medida que a lógica das relações capitalistas de mercado criou uma crise de autoridade nas instituições e nos modos de governança estabelecidos resultando em uma mudança na política econômica governamental alterando as relações sociais de produção (MORTON, 2007).

Também de acordo com Morton (2007), a transição de um bloco histórico internacional de forças e classe social estabelecido no pós-guerra em direção a um bloco histórico transnacional, cria condições para o esvaziamento da democracia e a afirmação, em questões de economia política de um conjunto de políticas macroeconômicas com eficiência de mercado exercendo necessariamente dois princípios básicos, o novo constitucionalismo do liberalismo, o neoliberalismo, e a disseminação concomitante da civilização de mercado.

Com isso, conforme Cox (1999), a distinção territorial das economias e sociedades nacionais é penetrada por forças globais e atores transnacionais. Há um nascimento de um novo período histórico global constituído pelas forças econômicas

corporativistas mais poderosas, seus aliados no governo e a variedade de redes que desenvolvem diretrizes políticas propagam a ideologia da globalização. Atualmente, os Estados em geral desempenham o papel de agências da economia global, com a tarefa de ajustar as políticas e práticas econômicas nacionais às exigências percebidas do liberalismo econômico global. Essa estrutura de poder é sustentada fora do Estado por meio de um consenso político global e pela influência das finanças globais sobre as políticas econômicas nacionais, e de dentro do Estado pelas forças sociais que se beneficiam da globalização e da dominância do capital financeirizado.

Autores como Chesnais (1995), descrevem essa nova financeirização do capital como sendo uma acumulação predominantemente rentista, onde o funcionamento da economia fica subordinado a essas novas formas sustentadas por instituições financeiras internacionais e pelos Estados mais poderosos do planeta, refletindo nas mudanças qualitativas das relações de força política entre capital e o Estado. Situação essa, apresentada como inevitável porque está ligada a “globalização da economia” imposta pelo jogo livre das leis de mercado. Desde a erosão dos princípios da *Pax Americana* nos anos 70 houve uma crescente internacionalização da produção e das finanças impulsionadas por uma classe gerencial transnacional, é essa reestruturação transnacional que resulta na globalização da economia.

Uma característica desse período histórico, que se iniciou com a quebra dos acordos de Bretton Woods, foi que uma classe capitalista crescente detentora do capital transnacional e financeiro, e rentista recorreu aos governos dos países centrais para proteger seus interesses e estabelecer uma arquitetura internacional na qual pudessem reunir e controlar a riqueza do mundo em suas mãos, uma classe que não jurava lealdade a ninguém. A classe pouco se importava para lealdades, tradições ou identidades nacionais. Se as exigências financeiras do capital e a busca de lucros exigissem que se fechassem indústrias e postos de trabalho no reduto dessa classe, essas exigências teriam de ser cumpridas. Inúmeras crises financeiras afligiriam o mundo em desenvolvimento na década de 80 (HARVEY, 2005).

Após a quebra dos acordos, o capital financeiro tomou lugar central nas relações econômicas e sociais fazendo com que as instituições que se especializaram na acumulação pela via da finança, se tornassem propriedade de empresas multinacionais impondo a própria acumulação de capital produtivo. Uma dinâmica ditada pela maximização do “valor acionário”, sendo que os detentores das ações e dos títulos de dívida pública e privada são efetivamente proprietários e não credores. O rentismo assume um papel de protagonismo nas

relações econômicas e sociais, a produção de renda e de riqueza ficou submissa à lógica dos imperativos e das necessidades da valorização financeira, como também a seus respectivos detentores (PAULANI, 2009).

Paulani (2009) também afirma que apesar da regulação dos fluxos internacionais de capitais durante a vigência dos acordos de Bretton Woods, os crescentes déficits comerciais norte-americanos colaboraram para o aumento da financeirização do capital ainda no final da década de 60. Com o choque do petróleo em 1973, combinado com uma aceleração inflacionária e a redução das taxas de juros nos Estados Unidos, o mundo entra em recessão. Com isso, toda a massa de riqueza gerada pelos ativos financeiros em busca de valorização fora da cadeia de produção impõe aos Estados uma abertura financeira e uma desregulação a fim de conseguir manter os seus ganhos no meio de toda essa crise, o que seria implantado a partir dos governos Thatcher e Reagan na década de 1980.

Já Chesnais (1995), descreve essa nova financeirização do capital como sendo uma acumulação predominantemente rentista onde o funcionamento da economia fica subordinado a novas formas sustentadas por instituições financeiras internacionais e pelos Estados mais poderosos do planeta, causando mudanças nas relações de força política entre capital e o Estado. Desde a erosão dos acordos de Bretton Woods no início da década 70, houve uma crescente internacionalização da produção e das finanças impulsionadas por uma classe gerencial transnacional, essa reestruturação transnacional resulta numa “globalização da economia”.

Foi, de acordo com Belluzzo (1995), que na esteira dessa desorganização financeira e monetária que se deu a expansão do circuito financeiro internacionalizado na década de 70. A crise ocasionada pelo fim do sistema de Bretton Woods permitiu o surgimento das operações que fugiam dos controles das instituições reguladoras. É neste ambiente de internacionalização que ocorrem transformações financeiras que irão ocasionar a descentralização, desregulação e globalização do sistema financeiro.

O processo de financeirização não ficou limitado pelas fronteiras nacionais. Embora os ativos financeiros sejam de propriedade de pessoas e empresas residentes em seus respectivos países, há também a participação cruzada de investidores estrangeiros com a flexibilização dos mercados de câmbio e a desregulação dos fluxos de capitais (COUTINHO e BELLUZZO, 2016).

Esta situação é apresentada como inevitável, porque está ligada a uma globalização da economia imposta pelo jogo livre das leis do mercado e do capital financeiro. A globalização constituiria a própria expressão da modernidade, notadamente por ser o

resultado das forças de mercado, finalmente liberadas, pelo menos parcialmente, das correntes nocivas com que o Estado lhes aplicou durante meio século. Trata-se de uma palavra-chave que constitui hoje em dia verdadeiro slogan das organizações econômicas internacionais e dos atores do capital transnacional (CHESNAIS, 1995). A globalização e as alterações que ela provocou na economia internacional serão discutidas com mais afinco no final deste capítulo.

É preciso antes entender o que compreendemos por globalização como sendo uma nova fase do capitalismo mundial, estabelecido pelo processo de mundialização do capital que Chesnais define como sendo um novo regime de acumulação sob a dominância do capital financeiro. A partir desse novo tipo de acumulação, reconstitui-se o próprio complexo das relações sociais de produção e sociabilidade que abrange política, cultura e economia, como também modificando a natureza do Estado capitalista dominante com a precarização de sua capacidade soberana de implantar programas e conseqüentemente controlar suas economias internas (ALVES, 1999).

O uso da expressão “mundialização do capital” denuncia uma filiação teórica que corresponde àquela dos estudos franceses dos anos 70, de inspiração marxista, sobre a internacionalização do capital. Pode-se enriquecer a abordagem com a contribuição de trabalhos anglo-saxões sobre a “produção internacional”, a “internalização dos custos de transação”, a economia das mudanças técnicas e a teoria das formas de mercado (o oligopólio internacional). Deve-se também atualizar essa abordagem, de modo a integrar a força crescente que o capital-dinheiro adquiriu nos anos 85 e 95. A escolha da expressão “mundialização do capital” reflete várias prioridades metodológicas que nem todas essas correntes partilham. [...] O fato de colar o termo “mundialização” ao conceito de capital consiste em registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros é hoje em dia mundializado com modalidades e instrumentos variados. Além disso, significa que o campo no qual se desenvolve o capital industrial concentrado (campo este que podemos também designar como o âmbito que as empresas transnacionais definiram para elaborar suas estratégias “globais”) é aquele das relações constitutivas do oligopólio mundial, o qual domina os mercados (e também as formas de mercado) internos, até mesmo nos países mais fortes. A mundialização do capital apresenta-se portanto como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior (CHESNAIS, 1995, p. 31).

O Estado capitalista, com a mundialização do capital, torna-se frágil diante do capital financeiro se tornando vulnerável a imposição da financeirização tendo como consequência o declínio do Estado-nação/capitalista incapaz de controlar a vida de seus cidadãos e com isso fazendo surgir um Estado incapaz de se impor mediante a força do capital transnacional e financeiro. O Estado capitalista se torna um mero intelectual orgânico do capital transnacional, gerenciando um novo sistema conduzido pelos Estados hegemônicos que fazem parte do núcleo orgânico do capitalismo e que são capazes de proporcionar para o capital transnacional, formas de acumulação e de defesa de seus interesses (ALVES, 1999).

O padrão de instabilidade entre poder estatal e financeiro como dinâmica geral da acumulação de capital, através da produção e desvalorização efetiva, foi um dos mais claros e complexos elementos na narrativa do desenvolvimento geográfico desigual e da política da governança global do bloco histórico iniciado no começo dos anos 1970, mais precisamente em 1973 com a dupla estratégia de Nixon baseada nos altos preços do petróleo e desregulação financeira. Naquele momento os bancos estadunidenses receberam o direito exclusivo de reciclar as grandes quantidades de petrodólares que estavam se acumulando na região do Golfo, graças as disparadas nos preços ocorridas com o choque do petróleo. Com isso os Estados Unidos centralizou a atividade financeira e criou um poderoso regime baseado em Wall Street e no *Federal Reserve* com poder de controle sobre as instituições financeiras globais como o FMI. A instituição cobre o risco e assegura que os bancos estadunidenses não tenham perdas com os países pagando mediante ajustes estruturais dentre outras medidas, e a fuga de capitais provenientes de crise localizadas nos outros países acabam fortalecendo o poder econômico do capital financeirizado. (HARVEY, 2004).

Entende-se que o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica de capitalismo, na qual o capital rentista esteja situado no centro das relações econômicas e sociais. As instituições financeiras internacionais seriam constitutivas de um capital com traços particulares, fazendo com que essa espécie de capital seja um capital hegemônico. A hegemonia deste tipo de capital é produto das condições históricas oriundas da desregulação dos mercados feita pelo Estado. Foi necessário que os “países desenvolvidos” decidissem liberar o movimento de capitais, desregulamentar e desbloquear seus sistemas financeiros nacionais além de adotar políticas de favorecimento da centralização dos e da poupança das famílias para se estabelecer essa relação (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011).

A época da economia global financeirizada e rentista começa quando os governos ficaram mais dispostos a satisfazer as grandes operadoras financeiras, obtendo uma ampla liberalização total dos movimentos de capital, junto com conjunto de medidas de desregulamentação monetária e financeira. O processo chega ao seu auge quando o Federal Reserve adota uma política que incluiu simultaneamente uma forte deflação obtida mediante a queda dos salários e a flexibilidade do trabalho, uma política monetária restritiva adicionada a uma política orçamentária expansionista. Política essa sustentada na venda de títulos do Tesouro, dando a garantia aos capitalistas financeiros detentores de títulos de dívida, que poderiam desfrutar taxas de juros reais positivas estabelecidas pelo tesouro americano. Partindo do ponto da abertura dos mercados e da desregulação interna dos sistemas financeiros, se estabeleceu um espaço financeiro verdadeiramente global. Cada vez mais

unificado, ele domina a esmagadora maioria dos sistemas nacionais, permanecendo totalmente hierarquizado e estruturado: os Estados Unidos é o coração do sistema e seu principal beneficiário (CHESNAIS, 1995).

Esse processo estabelecido nos Estados Unidos constituiu o ponto de impulso para a globalização econômica. Sua influência, através do capital transnacional, penetra no resto do mundo com o impacto variando de acordo com o nível de desenvolvimento e resistência de práticas culturais nos Estados. O capital financeiro exerce uma pressão contínua sobre os orçamentos nacionais para reduzir os gastos sociais dessas economias dando uma espécie de legitimação social a esse capital. A produção e a economia real, que fornece bens e serviços, demanda tempo para que se desenvolva diferentemente das finanças que possuem uma perspectiva sincrônica voltada para os retornos de curto prazo, prejudicando não só a legitimidade social do capital, mas também o aparato produtivo (COX, 1999).

Com os Estados Unidos capazes de controlar as instituições internacionais e almejando um vasto poder financeiro ao redor do mundo mediante uma rede de corporações transnacionais, teve-se um papel determinante e, ao mesmo tempo, problemático na dinâmica do capitalismo global nesse período após a quebra dos acordos de Bretton Woods. Entretanto, os estadunidenses só podiam exercer seu poder de modo pleno se o resto do mundo estivesse interconectado e aprisionado a um marco estruturado de instituições financeiras governamentais, incluindo as corporações transnacionais. (HARVEY, 2004).

“As prioridades da política econômica de muitos governos, não apenas da periferia como também do coração do sistema, tornaram-se o pagamento dos juros e do principal das dívidas públicas e a garantia de taxas reais positivas” (CHESNAIS, 1995, p. 22). A adoção dessas políticas pelos governos, tanto do centro quanto da periferia do capitalismo, demonstra que os Estados nacionais submetem suas políticas aos interesses do capital transnacional representado pelas organizações financeiras, estabelecendo nesse cenário uma situação de hegemonia desse capital transnacional e financeirizado sobre esses Estados que priorizam a adoção de políticas que atendam os interesses do capital financeiro em detrimento de políticas sociais, de estratégias nacionais de desenvolvimento e de políticas de bem-estar.

Todo esse processo provocou uma reversão do corporativismo. As empresas convenceram os governos que a recuperação dos investimentos e do crescimento de uma situação de “estagflação” exigia um ataque ao poder dos sindicatos e uma redução dos gastos com o bem-estar social, juntamente com a desregulamentação do capital, bens e mercados financeiros. Governos, sindicatos e forças sociais-democratas se viram enfraquecidas. Com

governos enfraquecidos, estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável visando um crescimento econômico estável e robusto era bem mais difícil (COX, 1999).

Os países da periferia, com desejo de dar continuidade a seus processos de desenvolvimento se endividaram com os créditos oriundos desse capital financeirizado advindos desses processos de desregulação. A mudança brusca da política monetária dos Estados Unidos no final da década de 1970 com uma brutal elevação dos juros visando manter a hegemonia do dólar produziram crises como a mexicana em 1982. Apesar de tudo isso, o estoque mundial de ativos financeiros não parava de crescer (PAULANI, 2009).

A resposta dos Estados nacionais ao fenômeno da financeirização do capital e da globalização foi cortar investimentos em políticas sociais para atrair as corporações transnacionais e manter posição na economia global. O aumento da concorrência associada a esses dois fenômenos requer que se restrinjam as proteções sociais a fim de tornar a economia mais adaptável a uma nova divisão internacional do trabalho que se desenhava a partir desses acontecimentos. Deste modo a financeirização do capital e a globalização levam os Estados nacionais a reduzir a tributação, as proteções ambientais e trabalhistas. Com essas reduções, a globalização pressiona o Estado pra reduzir déficits e redirecionar os gastos no sentido de atrair mais investimentos privados às custas da redução inevitável das despesas do Estado Social (LODI RIBEIRO, 2016).

Essa imposição de adoção de medidas neoliberais pelas instituições financeiras internacionais retirou a soberania dos Estados nacionais, principalmente aqueles da periferia sobre suas economias, fazendo com que eles abandonassem os programas sociais e de desenvolvimento a favor de uma política fiscal de austeridade imposta principalmente pelo FMI e pelo Banco Mundial para atender os interesses do Consenso de Washington. Isso segundo Arrighi (2008), fez com que os alicerces das relações entre os países centrais com os do sul global fossem fincados em um terreno instável. Essa forma de agir fez com esses países da periferia buscassem formas alternativas de financiamento e cooperação e a China em ascensão foi vista como uma alternativa. Traumatizados com as crises que os assolaram na década de 80, esses Estados do sul global viram nos chineses uma alternativa mais atraente para o comércio e os investimentos. A China surgiu como um novo destino dos superávits dos países do Sul, alçando o país um papel de destaque no cenário do comércio internacional (FREITAS, 2020).

### **2.3 A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

Com a financeirização do capital ocorrida a partir da década de 1970 surge uma nova economia cada vez mais transnacional onde territórios e fronteiras nacionais se transformaram em um mero detalhe, um obstáculo fácil de atravessar. Passa a existir uma economia mundial que impõe limites aos estados nacionais fazendo com que essa economia transnacional se torne cada vez mais uma força global efetiva. Um dos aspectos dessa transnacionalização foi à formação de uma nova divisão internacional do trabalho (HOBSBAWM, 1995).

É preciso ressaltar que o regime de regulação do modo de produção capitalista que foi instituído por Bretton Woods entrou em crise na década de 1970 e foi substituído por outro, o qual trouxe consigo uma mudança do regime de desenvolvimento e de acumulação. Esta transformação no sistema capitalista mundial abrangeu o Estado, as inovações tecnológicas, as políticas financeiras e industriais, o comércio mundial, as corporações transnacionais, as relações internacionais, a divisão internacional do trabalho, as formas de emprego e desemprego, as ideologias, os estilos de vida e os comportamentos individuais, com efeitos sobre a luta de classes (GORENDER, 1997).

De acordo com Pochmann (2000), o aprofundamento da concorrência intercapitalista provocou uma maior concentração e centralização do capital, seja nos setores produtivos, bancário ou financeiro, o que acabou por conceder uma maior importância às corporações transnacionais. Na década de 1970, uma nova onda de expansão das empresas transnacionais foi estimulada pela quebra dos acordos de Bretton Woods, além do aumento do preço do petróleo e de outras matérias primas.

Com isso, houve uma ampliação dos investimentos de empresas transnacionais em economias periféricas, ocasionando uma nova alternativa de colonialismo para a construção de uma vantagem competitiva por parte das empresas. As companhias transnacionais são corporações onde o mundo inteiro se transforma em um espaço relevante para seu investimento e produção. A partir delas, há uma reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, pois essas empresas, inclusive, se sobrepõem as jurisdições nacionais (POCHMANN, 2000).

Conforme Marini (1981), as funções que a periferia cumpre na economia capitalista mundial transcenderam a mera resposta das necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países centrais. Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação dos países periféricos na economia global desloca o eixo de acumulação da economia industrial de produção da mais-valia absoluta para a da mais-valia relativa



atendendo as necessidades de lucro das companhias transnacionais impostas pelo capital financeiro concentrado nos países centrais.

Nesse período da década de 1970, e depois na década de 1980, ocorreu uma reformulação de processos globais de acumulação de capital coordenado por essas grandes corporações transnacionais que buscavam incessantemente explorar oportunidades mais lucrativas de investimento muitas vezes forçadas por ofertas de governos nacionais de rebaixamento de custos e de financiamentos domésticos subsidiados. Essa submissão por parte de governos nacionais favoreceu a transferência de partes da cadeia produtiva através da formação de redes de subcontratação vinculadas às corporações transnacionais, formando cadeias de valores globais (POCHMANN, 2000).

A formação de cadeias de valores globais geograficamente dispersas e funcionalmente integradas, coordenadas e organizadas pelas empresas transnacionais representa o resultado de uma tentativa bem-sucedida dessas corporações e seus predecessores, apoiados por estados e instituições internacionais, para escapar da crise de lucro ocorrida nos anos 1970 nas economias centrais. Uma razão central para realocar a produção em novas regiões, anteriormente não industrializadas, são os baixos custos salariais e de produção. Com a financeirização ocorrida após a quebra dos acordos de Bretton Woods as empresas buscaram essas regiões para reduzir custos, já que havia uma priorização de resultados financeiros de curto prazo (SELWYN, 2017). “A constante disputa por custos ainda mais rebaixados faz com que a corporação transnacional desloque sua capacidade produtiva para outras localidades sempre que houver oportunidade maior de lucratividade” (POCHMANN, 2000, p.13).

Essa cadeia global de produção pode ser caracterizada como uma estrutura por meio da qual as empresas líderes buscam melhorar suas posições e estratégias globais para maior acumulação de capital e maximização do lucro em relação às empresas fornecedoras, empresas que seriam concorrentes e classes trabalhadoras. Isso causou uma revolução global dos negócios onde as empresas transnacionais dominaram as cadeias de abastecimento globais estabelecendo e impondo uma variedade de requisitos às empresas fornecedoras e imposições de medidas econômicas nos estados nacionais onde elas se estabelecem principalmente na periferia (SELWYN, 2017).

Nessa nova divisão internacional do trabalho, a produção industrial ocorreu de acordo com as transferências de departamento de operações mais simples que exigiam menor nível de qualificação de trabalhadores para os países da periferia. A simples atração dessas empresas estimuladas pelo baixo custo de produção que encontravam nesses países impedia a

redução da diferença de desenvolvimento e renda entre os países centrais e periféricos. As partes mais complexas do processo produtivo, que demandavam mais qualificação de seus empregados, continuavam concentradas nos países do centro, impedindo a transferência de tecnologia para a periferia, mantendo assim, o estado de dependência e subdesenvolvimento dos países periféricos (POCHMANN, 2000).

A expansão do comércio e a formação de cadeias globais de produção que caracterizou a nova divisão internacional do trabalho ocorreram devido à transformação tecnológica que ocorreu na indústria, que permitiu uma maior eficiência das comunicações em todo o globo, e também graças à liberalização do comércio e dos investimentos que se estabeleceu na economia internacional após a década de 1970. As empresas transnacionais sediadas nos países centrais detêm o controle sobre a propriedade intelectual e sobre a renda nessas cadeias globais de produção, esse controle amplia a diferença entre centro e periferia e estabelece “barreiras tecnológicas”, mantendo o status de dependência dos países periféricos. Soma-se isso ao crescente domínio do capital financeiro e temos uma concentração de capital nos países centrais graças a essa nova divisão internacional do trabalho, que se estabeleceu com a financeirização do capital ocorrida após a quebra dos acordos de Bretton Woods (MEDEIROS, 2019).

Na verdade, de acordo com Selwyn (2017) essa nova fase do capitalismo onde está inserida essa nova divisão internacional do trabalho não se difere muito das outras fases, já que a nova divisão também acentua disparidades e desigualdades. Prova disso é que o capitalismo é um sistema social organizado em torno de duas relações centrais, competição infinita e acumulação entre unidades de capital; e a exploração do trabalho pelo capital cujo valor é gerado pelo trabalho dos trabalhadores. A nova divisão internacional do trabalho cuja assimetria é vista na estrutura de trabalho das corporações transnacionais e nas relações entre centro e periferia fortalecem ainda mais o sistema social capitalista.

Conforme Gunder Frank (1969), as instituições e relações econômicas as quais observamos atualmente, são resultantes do processo histórico de desenvolvimento desse sistema social capitalista. As relações entre centro e periferia são, na verdade, relações entre desenvolvimento, subdesenvolvimento e heranças das relações econômicas passadas, sua permanência nos dias atuais faz parte da base do sistema capitalista global. Estas relações são uma parte essencial para o desenvolvimento do sistema, países periféricos experimentam um maior desenvolvimento econômico quando seus laços com o centro ficam mais fracos e esse sistema fica enfraquecido.

Entretanto, cadeias de valores cada vez mais integradas fortaleceram essa relação desigual entre centro e periferia. As revoluções de logística, transporte e tecnologia da informação possibilitaram a integração cada vez mais estreita entre as nações do globo. Países periféricos, iludidos pelas imposições de políticas econômicas de austeridade e de desestatização advindas de instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, desmontaram seus programas desenvolvimento e se abriram para essas corporações transnacionais. As instituições internacionais que defendiam uma maior integração global e uma maior abertura comercial de todas as economias como forma de gerar um maior e mais rápido crescimento econômico e redução da pobreza na verdade defendiam os interesses dos países centrais que estavam atrelados às corporações transnacionais. Todo esse estabelecimento de uma cadeia global de produção na realidade gerava mais miséria e atraso econômico, pois todas as políticas econômicas impostas e adotadas pelos países da periferia visavam apenas o aumento constante do lucro das corporações transnacionais (SELWYN, 2017).

As novas tecnologias de computação e de telecomunicação permitem que os produtos sejam resultado de operações efetivadas em diferentes países e mesmo continentes, vinculadas em tempo real. Tal possibilidade incrementou a capacidade de expansão das empresas multinacionais (EMs), dando-lhes agilidade a fim de localizar suas operações nos pontos mais vantajosos sob os aspectos de custo e de mercado (GORENDER, 1997, p. 324).

Também de acordo com Selwyn (2017), um dos exemplos de medidas impostas por essas instituições e que foram adotadas pelos países periféricos foi a desvalorização cambial, com o intuito de atrair mais indústrias para que os países se inserissem nas cadeias globais de produção. Na realidade, a nova divisão internacional do trabalho estabeleceu novas cadeias de um sistema de manufatura global com uma estrutura através da qual as corporações transnacionais procuram melhorar suas posições globais, isso a partir de estratégias para acumulação de capital e maximização do lucro em detrimento de relações com as classes trabalhadoras. Esses sistemas modificaram as dinâmicas de produção e o comércio mundial sendo que essa produção hoje está globalmente integrada. As instituições internacionais celebram essa integração e a usa como justificativa para promover suas políticas de abertura e desestatização, mas essa mesma integração não promove desenvolvimento, já que as corporações que se instalam na periferia do sistema capitalista não estão dispostas a promoverem o crescimento, e sim tem como um único objetivo, a redução de custos para a maximização dos lucros em curto prazo. As empresas se instalam, mas não compartilham a

tecnologia a fim de fomentar o desenvolvimento daquele país e ainda precariza as relações de trabalho.

As empresas transnacionais têm na verdade, uma profunda relação com os Estados nacionais às quais tem origem. Essas corporações precisam de seu Estado nacional originário para se legitimar e para contar com abrigo político e segurança jurídica na sua atividade internacional, tornando isso, uma questão de política internacional para os países onde estão situadas suas matrizes (GORENDER, 1997). A maioria dessas matrizes está situada nos países centrais e a partir delas que esses estados exercem suas imposições junto aos países da periferia, defendendo os interesses de suas classes dominantes que detém o controle das corporações transnacionais através do mercado financeiro. Com isso, as empresas transnacionais se instalam na periferia, conseguindo meios de produção mais baratos através da desvalorização cambial e da precarização das relações de trabalho, diminuindo seus custos, aumentando seus lucros a curto prazo e entregando aos detentores de capital dos países centrais resultados satisfatórios através de pagamentos de dividendos.

Essas relações entre centro, periferia e empresas transnacionais estabelecem cadeias globais, não apenas de valores, mas também de pobreza. As empresas usam seu poder de mercado para capturar a maior parte do valor criado em cada cadeia agindo em conjunto com os Estados e as empresas locais (SELWYN, 2017). Isso, apesar de trazer um crescimento econômico e uma “industrialização”, mantém o país em uma condição de subdesenvolvimento, já que com as relações de trabalho precarizadas fica muito mais difícil desenvolver um crescimento de um mercado interno, além de ficar a mercê das corporações transnacionais que não compartilham tecnologia e inovação com esses Estados.

No Delta do Rio das Pérolas, na China, a mão de obra de baixo custo empregada pelos fornecedores das empresas de tecnologia norte-americanas é garantida por um regime de trabalho elaborado e regulamentado pelo Estado. O sistema *hukou* de registro doméstico segmenta o mercado de trabalho ao estabelecer uma carteira de trabalho migrante temporária de trabalhadores rurais que são classificados como trabalhadores não residenciais em áreas urbanas e que possuem salários mais baixos do que direitos e condições legalmente inferiores às suas contrapartes urbanas. Essa “população flutuante” compreende até 70 e 80 por cento dos trabalhadores na indústria e setores de construção, respectivamente (SELWYN, 2017).

No entanto, com a estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida com as reformas econômicas, a China readequou aos poucos essa política direcionando sua produção excedente para o mercado interno. Para isso teve que progressivamente aumentar os salários dos seus trabalhadores e conseqüentemente aumentar também os salários que advinham da

produção indireta para as indústrias. O governo chinês, no seu 12º plano quinquenal estabeleceu uma meta de construir 36 milhões de moradias populares, de criar 45 milhões de novos postos de trabalho e de manter a taxa de desemprego em torno de 5%, além de realizar uma reforma tributária que visava cortar impostos de 80% da população (ABRUNHOSA e MAURÍCIO, 2013).

As reformas econômicas estabelecidas pela China criaram condições favoráveis para escolhas ativas de políticas de desenvolvimento perante a crescente integração produtiva e financeira global, que adveio com a financeirização do capital. A nova divisão internacional do trabalho promoveu rearranjos geográficos no espaço econômico internacional e isso beneficiou as políticas de atração de novas indústrias para o país assim como também contribuiu para o aumento dos investimentos estrangeiros diretos na economia chinesa (JABBOUR, 2020).

## **2.4 COMÉRCIO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO**

A economia internacional tem tido em sua história, desde a revolução industrial, um acelerado progresso técnico com um crescimento econômico irregular. Hoje há uma crescente globalização que é resultante de uma divisão internacional cada vez mais elaborada e complexa do trabalho, junto com uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia a um sistema global. Essa globalização desenvolveu-se mais vagarosamente na década de 1960 e se acelerou de modo impressionante após as transformações econômicas ocorridas após o início da década de 1970 (HOBSBAWM, 1995) e já citadas aqui anteriormente.

O mercado mundial está mais internacionalizado com essa expansão da atividade econômica. A indústria, a produção, a empresa e a fábrica deixaram de serem fenômenos nacionais, e passaram a ser fortemente integradas e coordenadas globalmente. Todas essas transformações estão modificando a própria estrutura da produção capitalista reestruturando, a organização hierárquica do mercado e a coordenação da atividade econômica, que agora passa a ser uma coordenação global (NAKANO, 1994).

Essa coordenação passa a ter ajuda das instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Com o processo de financeirização do capital e o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho dominada pelas corporações transnacionais surgiu um forte regime financeiro governado por Wall Street/Tesouro dos Estados Unidos, que detinham poderes de controle sobre essas

instituições, podendo fazer ou desfazer muitas economias estrangeiras mais fracas por meio de manipulações de crédito e práticas de gerenciamento de dívida. Esse regime monetário e financeiro foi usado como instrumento de administração governamental da economia para promover o processo de globalização. O efeito disso foi o fortalecimento do poder financeiro dos países centrais no sentido de forçar a abertura de mercados, em particular para os fluxos de capital e financeiro além de outras práticas neoliberais em grande parte dos países da periferia capitalista (HARVEY, 2005).

A constituição de um comércio global, em um espaço liberalizado e com o estabelecimento de zonas de livre comércio visou o benefício das corporações transnacionais sediadas nos países centrais com o intuito de auxiliá-las em suas políticas de redução de custos de produção e resultados a curto prazo (CHESNAIS, 1995). Conseguindo isenções tarifárias e flexibilizações de legislações trabalhistas, essas corporações passaram a operar e implantar plantas de produção nos países periféricos, onde esses custos são mais baixos, assim como conseguiu também acessos a novos mercados que antes eram inacessíveis através das medidas de abertura comercial que eram impostas pelas instituições financeiras internacionais. Medidas essas que desmantelavam programas nacionais de desenvolvimento dos países periféricos.

Costuma-se dizer que o livre comércio de mercadorias torna o mundo propício a competição livre e aberta, e que traz o desenvolvimento para os países subdesenvolvidos. Entretanto, percebe-se que isso se origina necessariamente da competição monopolista, gerando assim assimetrias nos termos de troca, mesmo nas melhores condições. Os oligopólios estabelecidos com a financeirização do capital são usados pelos países centrais para atender seus interesses (HARVEY, 2005).

Esses oligopólios constituem hoje em dia a forma mais característica da oferta no comércio internacional, já que com a fase da financeirização do capital veio também com uma progressão quantitativa e qualitativa do movimento de centralização e concentração do capital produtivo. No decorrer dos anos 80, aproximadamente 80% dos investimentos diretos estrangeiros ocorreram entre países capitalistas avançados, sendo que mais ou menos três quartos das operações tinham por objeto a aquisição e a fusão de empresas já existentes, ou seja, tratava-se de uma mudança de propriedade do capital e não de uma criação de novos meios de produção. Impulsionado pelas exigências da concorrência, os grupos mais fortes no sentido de arrebatar das firmas absorvidas e suas fatias de mercado reestruturam e racionalizam suas capacidades produtivas, sendo favorecidos e facilitados pelas políticas de liberalização, de desregulamentação de mercado e de privatização (CHESNAIS, 1995).

Os países centrais, sobretudo os Estados Unidos, sob a égide das instituições financeiras internacionais, forçam os países sob sua influência a abrir seus mercados para esses oligopólios e também para o mercado financeiro. Esses países são obrigados, por exemplo, a aceitar as regras da OMC diante das ameaças dos estadunidenses de negar acesso a seu mercado externo e também incluem uma cláusula de mercado aberto para os países pobres que precisam de ajuda externa para se desenvolver e combater a pobreza. Do outro lado dessa moeda, há os oligopólios sediados nos países centrais que controlam o mercado dos insumos necessários para o desenvolvimento desses países atrasados e com o interesse de explorar esses mercados em potencial. Essas condições não fomentam o desenvolvimento e a competição, limitando-se a criar oportunidades de proliferação de poderes monopolistas com todo o tipo de consequência social, ecológica, econômica e política. Geralmente, os argumentos apresentados em favor dessas medidas de abertura e desregulação impostas pelos países centrais como sendo um fator de competição justa que irá trazer desenvolvimento para os países atrasados na verdade se mostram fraudulentos e que procuram mascarar a voracidade e o fetichismo das forças de mercado (HARVEY, 2005).

A globalização pode ser entendida como um estágio avançado do processo histórico de internacionalização da produção. As corporações transnacionais além de estabelecer um oligopólio tornam-se agentes ativos dos processos de integração comercial à medida que procuram ter acesso aos mercados em todo o globo (COUTINHO, 1995).

Ela foi um fenômeno marcante nas décadas de 1980 e 1990 já que a partir dessa reestruturação houve uma intensificação da interdependência e o aprofundamento da integração econômica entre as nações. Com a convergência das capacidades tecnológicas entre os países, a expansão das corporações transnacionais e o desenvolvimento do mercado internacional de capitais, as fronteiras nacionais e as distâncias entre as nações ficaram cada vez menores. No mercado globalizado, com a internacionalização da produção, as atividades econômicas transbordaram crescentemente as fronteiras e uma parte significativa está colocada sob a governança comum da hierarquia das corporações transnacionais (NAKANO, 1994).

Na década de 1970, os países centrais proferiam o discurso de que para os países atrasados pudessem alcançar seu desenvolvimento e “igualdade de condições” dos países desenvolvidos, teriam que abrir seus mercados a uma “Nova Ordem Econômica Internacional”, composta principalmente pelas corporações transnacionais, que nasceu após a quebra dos acordos de Bretton Woods. Entretanto, na década de 80, a escalada de competição no mercado financeiro mundial que se deu devido ao ambiente desregulado, esgotou o acesso

de recursos dos países da periferia e causou uma retração da economia global, contraindo suas economias que procuravam se inserir no cenário global a partir das medidas de abertura impostas pelas instituições financeiras internacionais (ARRIGHI, 2008). Os países da periferia foram “obrigados” pelos países centrais e pelas instituições financeiras internacionais a abandonar seus projetos de desenvolvimento e participar dessa reestruturação global liderada pelos Estados Unidos, que visava à construção de um espaço econômico globalmente integrado com mais liberdade para o comércio internacional.

Essa reestruturação global foi consolidada pelo estabelecimento das novas diretrizes propagadas pelo Consenso de Washington. Aproveitando a crise em curso do antigo projeto de desenvolvimento, as instituições envolvidas no novo Consenso de Washington, FMI e Banco Mundial, convidaram os países da periferia a abandonar as estratégias estatistas e introvertidas defendidas pelas teorias do desenvolvimento, e adotar regras de um jogo totalmente diferente, para abrir suas economias nacionais aos ventos frios da intensificação da competição no mercado internacional, e competir intensamente entre si e com os países do centro capitalista (ARRIGHI, SILVER e BREWER, 2003).

Com todas as suas características, a globalização se distingue de outros períodos do capitalismo pelo domínio do capital financeirizado sobre o capital produtivo. Nesse período, o capital industrial se converte em capital financeiro ficando subordinado a especulação. É a lógica especulativa que define essa nova etapa que está associada à quebra do padrão monetário internacional a partir dos anos 70. A fase atual de globalização constitui a fase de predomínio internacional da lógica especulativa sobre a produtiva, além da consequente exacerbação da concorrência entre as corporações transnacionais que as levam a procurarem países periféricos para baratear seus meios de produção e satisfazer a classe detentora de capital dos países centrais (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999).

Esses mesmos países centrais que são o destino da maioria dos produtos desenvolvidos e produzidos por essas corporações. Enquanto nos países desenvolvidos que sediam a sede dessas corporações e ao mesmo tempo, detém o capital financeiro, têm acesso aos mais diversos tipos de bens e produtos para serem consumidos, e conseqüentemente satisfazendo as necessidades de sua população, os países periféricos que produzem esses bens não os têm acesso. Pois além das corporações priorizarem os mercados consumidores de suas sedes e que detém seu capital, os baixos salários pagos na periferia impedem que esses países desenvolvam um mercado consumidor sustentável e robusto, os mantendo na condição de atraso em relação aos países centrais. O comércio internacional, com a globalização e com o domínio da lógica do capital financeiro fica distorcido, não levando desenvolvimento e



qualidade de vida para todos, contradizendo os discursos dos países do centro capitalista e das instituições financeiras internacionais.

Os processos de dispersão da capacidade de manufatura levaram enorme esperança para áreas onde a pobreza até aquele momento parecia imóvel. A globalização e a abertura comercial, pregada pelas instituições financeiras internacionais e pelos países do centro do capitalismo, oferecia a promessa de um sistema racionalmente coordenado e determinado pelas necessidades, e não por uma avidez de lucro indiscriminada (HARRIS, 1987).

Os projetos de globalização lançados sob a tutela do Consenso de Washington na década de 1980 e 1990, onde os Estados Unidos, diretamente ou por meio das instituições financeiras internacionais, retiraram apoio das estratégias nacionais de desenvolvimento, praticadas pelos países periféricos na década de 1950 e 1960 e começou a promover estratégias voltadas para o capital e para a abertura de seus mercados (ARRIGHI, SILVER e BREWER, 2003).

Essa mudança e essa retirada de apoio tiveram como justificativa uma crise hegemônica vivida pelos estadunidenses no início da década 1970 e que foi agravada no início dos anos 1980. Fez parte dessa política uma contração severa na oferta de dinheiro, taxas de juros mais altas, impostos mais baixos para os ricos e liberdade de ação praticamente irrestrita para as corporações transnacionais. Por meio dessa bateria de políticas, o governo estadunidense começou a competir agressivamente por capital em todo o mundo para financiar um crescente déficit comercial e em conta corrente na balança de pagamentos, provocando assim um forte aumento nas taxas de juros reais em toda a economia internacional e uma grande reversão na direção dos fluxos internacionais de capital. De principal fonte de liquidez mundial e de investimento estrangeiro direto nas décadas de 1950 e 1960, os Estados Unidos se tornaram a principal nação devedora do mundo na década de 1980 e 1990, e de longe, o maior receptor de capital estrangeiro (ARRIGHI, SILVER e BREWER, 2003).

A liberdade dada às corporações transnacionais com essa nova política americana permitiu a elas buscarem novos territórios para instalarem suas plantas produtivas a fim de reduzir seus custos e maximizar seus resultados em curto prazo, facilitando a constituição da nova divisão internacional do trabalho, além de acesso a novos mercados. Isso ajudou a aumentar a disparidade entre centro e periferia, pois como já citado anteriormente, a instalação de plantas produtivas nesses países periféricos não visavam o desenvolvimento dessas nações, mas sim uma diminuição dos custos de produção dos bens produzidos por

essas corporações. Não havia a criação de um forte mercado consumidor interno e nem transferência de tecnologia para a periferia. Tudo isso, respaldado também, por uma nova política econômica norte-americana.

Com isso, constata-se que a resposta dos Estados Unidos em relação às crises da década de 1970 e 1980, foi o estabelecimento de “um novo jogo de desenvolvimento que valorizava as espécies de capital que os países do Primeiro Mundo em geral, e os Estados Unidos em particular, possuíam preferencialmente. Essa espécie de capital é o capital financeiro” (ARRIGHI, SILVER e BREWER, 2003, p. 21, tradução nossa).

As corporações transnacionais são importantes agentes desse jogo, pois agem sob a tutela dos governos dos países centrais (como os Estados Unidos) para defender os interesses dessas nações e das classes detentoras de capital desses países. Todo esse movimento de redirecionamento de capital que adveio com essas novas políticas econômicas norte-americanas aumentou a demanda efetiva no centro e esvaziou a da periferia, transformando uma abundância de capital vivida por esses países nas décadas de 1960 e 1970 em uma completa escassez de capital na década de 1980, a crise ocorrida no México durante esse período é um exemplo. Entretanto o leste asiático, que por razões históricas, tinham uma grande vantagem ao competir por uma parcela da crescente demanda norte-americana por produtos industriais baratos tenderam a se beneficiar desse redirecionamento dos fluxos de capitais, pois a melhora em seus balanços de pagamentos diminuiu sua necessidade de competição nos mercados financeiros mundiais e no comércio global, além de um aumento na sua economia dos investimentos estrangeiros diretos (IED), graças aos investimentos feitos pelas corporações transacionais que visavam atender essa demanda (ARRIGHI, SILVER e BREWER, 2003).

Também de acordo com Arrighi, Silver e Brewer (2003), o que emergiu no final do século XX, foi um sistema global caracterizado por uma mistura altamente instável de grandes e persistentes desigualdades sustentadas por imposições de políticas econômicas elaboradas pelas instituições financeiras internacionais, que são dominadas pelos países centrais. Nas décadas de 1980 e 1990, em parte por escolha e em parte por imposição, os governos dos países periféricos cumpriram as estratégias de desenvolvimento pregadas pelo Consenso de Washington, entretanto os benefícios prometidos por essas políticas não se concretizaram. A única região da periferia que se beneficiou dessa nova estrutura global foi o Leste Asiático, porém, esse crescimento foi fruto de uma mobilidade ascendente dentro de uma hierarquia global de riqueza onde esses países ficavam submissos às imposições dos

países do centro, sobretudo os Estados Unidos e, portanto, tinham seu potencial de desenvolvimento limitado.

A tendência mais importante para compreender o presente e o futuro dessa estrutura global construída a partir da década de 1980 é a contínua expansão econômica da China. Dado o tamanho demográfico e a centralidade histórica da China na região, essa expansão contínua é muito mais significativa para a compreensão da nova estrutura global do que todos os milagres econômicos anteriores do Leste Asiático juntos (ARRIGHI, SILVER e BREWER, 2003).

Logo após a Segunda Guerra Mundial instituiu-se o sistema do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* que traduzido para o português significa “Acordo Geral de Tarifas e Comércio”) que tinha como objetivo a liberalização multilateral, disciplinando o uso de medidas de fronteiras pelos países membros. O GATT foi estabelecido como uma estrutura organizada e coordenada de regras e instituições que regulavam o comércio e que hoje deram origem a OMC. O multilateralismo do GATT refletia também os interesses políticos dos países centrais, principalmente os Estados Unidos. Contudo, a globalização juntamente com o fim da Guerra Fria e a perda de hegemonia política e econômica dos norte-americanos tornaram o GATT um mecanismo pouco eficaz para a solução de conflito. A reestruturação global imposta, sobretudo pelos estadunidenses desde o início da década de 1980, esvaziou a instituição e prejudicou o funcionamento do comércio internacional. Supreendentemente após longos anos de impasse, que começaram em 1986 com a Rodada de negociações do Uruguai, o GATT que era apenas um acordo passa a ter status de organização similar ao FMI e ao Banco Mundial, assim era criada a Organização Mundial do Comércio (OMC). Uma organização mais forte que em teoria visava regular o comércio internacional e implantar novos processos para a construção de acordos e resolução de conflitos (NAKANO, 1994).

Com o advento da financierização do capital, uma nova divisão internacional do trabalho e um novo processo de reestruturação global da economia, que culminou com a globalização, as economias nacionais ficaram mais interdependentes e o comércio internacional começou a viver uma nova fase. Subordinado a hierarquia das corporações internacionais que priorizavam o baixo custo de produção e o resultado em curto prazo, estabeleceu-se uma nova divisão internacional onde grande parte da produção foi instalada nos países periféricos, sobretudo no leste da Ásia. Essa produção, mais barata, visava atender os mercados consumidores dos países centrais e junto com medidas de abertura e desestatização pregadas pelo Consenso de Washington não levou desenvolvimento aos países

periféricos conforme prometido e acentuou a desigualdade no mundo no final do século XX, principalmente em relação ao comércio o que levou a criação da OMC.

Coincidentemente nesse período, a China estabeleceu seus programas de reformas e sua estratégia nacional de desenvolvimento. Nesse cenário, constituiu programas para se inserir na economia global, como a política das Zonas Econômicas Especiais e uma abertura gradual de sua economia. Constatando que uma maior participação na economia global seria importante para o sucesso de sua estratégia nacional de desenvolvimento, o Estado chinês viu numa participação na OMC como uma boa forma de assegurar essa inserção e ao mesmo tempo defender seus interesses e obter acordos com outros países. É o que será abordado no capítulo seguinte.

### **3 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINESA E SUA ADESÃO À OMC**

Foi no ano de 1986 que a República Popular da China notificou o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, o que se tornaria depois a Organização Mundial do Comércio) que pretendia se tornar membro e parte contratante do acordo e com isso, um grupo de trabalho foi criado em 1987 e as negociações duraram 15 anos. A admissão se realizou na Conferência Ministerial de Doha, no Qatar, em Novembro de 2001 e foi viabilizada com o sucesso dessas mesmas negociações. Para os chineses, por 30 anos, o comércio internacional foi um elemento central de sua política econômica caracterizada por uma forte presença do Estado e a adesão à OMC seria um fator importante para o andamento da sua estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida no final da década de 1970. “Alguns analistas apontam que, isoladamente, a adesão da China à OMC tem impacto comercial maior que o de Rodadas inteiras de negociação do antigo GATT” (AZEVEDO, 2015, p.10).

Além de fortalecer e consolidar a dimensão global da organização, a entrada da China gerou mudanças estruturais em sua economia e mudanças radicais no comércio internacional, contribuindo para o processo de reestruturação global que se inicia nas décadas de 1970 e 1980 assim como também, para a consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho que iniciou com as mudanças na economia ocorridas no mesmo período. De acordo com Thorstensen *et al.* (2012, p.25) “A entrada do país na Organização Mundial do Comércio foi antecedida por um profundo processo de ajuste de sua economia. Tal processo representou importante decisão política do governo chinês de reinserir o país na arena do comércio mundial” fazendo assim com que o governo chinês transformasse o comércio internacional no principal motor de seu desenvolvimento.

#### **3.1 A IMPORTÂNCIA DA TRANSFORMAÇÃO DO GATT EM OMC**

As duas únicas instituições de fato criadas sob a tutela dos acordos de Bretton Woods foram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Outros pontos no programa internacional não geraram instituições especiais ou foram implementadas de forma incompleta. Uma dessas propostas foi a Organização de Comércio Internacional que acabou se tornando o muito mais modesto Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, o GATT (HOBSBAWN, 1995).

O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi criado na década de 1940 através do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), foi escrito por Estados Unidos e Inglaterra e propunha regras multilaterais para o comércio internacional com o objetivo de evitar a onda protecionista dos anos 1930. Entretanto, o acordo tinha um caráter provisório e vigoraria apenas até a criação da Organização Internacional do Comércio (OIT). As negociações se iniciaram na Conferência de Havana em 1948, no entanto, fracassou em razão da recusa do congresso norte-americano em ratificar o acordo. O GATT incorporou muitas cláusulas e provisões da OIT e foi adquirindo ao longo dos anos status de organização internacional, ainda assim não obteve uma personalidade jurídica como o FMI e o Banco Mundial (REGO, 1996).

A Rodada Uruguai iniciada em 1986 e foi a mais importante do GATT, levou quatro anos para ser preparada e mais de sete para ser concluída. As negociações podem ser consideradas as mais amplas sobre questões econômicas da história do acordo. Os resultados da rodada foram subscritos em 15 de abril de 1994 e a sua principal consequência foi à criação da OMC, a qual a administração do sistema multilateral de comércio resultante das negociações está submetida. A Organização Mundial do Comércio, ao contrário do GATT, foi fundada como uma instituição permanente com personalidade jurídica própria e com o mesmo status do FMI e do Banco Mundial e o seu sistema de solução de controvérsias é mais efetivo e menos sujeito a bloqueios do que o sistema do GATT (REGO, 1996).

Novos temas como investimentos, serviços e direitos de propriedade intelectual passaram a fazer parte do quadro de regulações do comércio internacional. Além disso, foi implantado um novo mecanismo de solução de controvérsias (PEREIRA, 2004).

Vale ressaltar que as regras que iriam reger o comércio internacional foram definidas durante essa rodada de negociações que foi árdua e longa. Os países da periferia capitalista além de países do antigo bloco socialista tiveram uma participação mais ativa nessas negociações do que em quaisquer uma das outras realizadas no antigo GATT. Esses países assumiram quase tantos compromissos quantos os países do centro capitalista, mas contaram com um período maior de adaptação as novas regras (REGO, 1996).

Os termos negociados pelo acordo que estabelece a OMC são os seguintes

...as partes reconhecem que as suas relações na área do comércio e das atividades econômicas devem ser conduzidas com vistas à melhoria dos padrões de vida, assegurando o pleno emprego e um crescimento amplo e estável do volume de renda real e demanda efetiva, expandindo a produção e o comércio de bens e serviços, [...] de maneira consistente com as suas necessidades nos diversos níveis de desenvolvimento econômico (GATT, 1994 apud THORSTENSEN, 1998, p. 30).

Os objetivos da OMC/GATT ao longo de sua história sempre foi à flexibilização das medidas de controle de comércio através da constituição de acordos multilaterais e a aplicação de regras para a remoção de barreiras nas fronteiras nacionais. Com o “fim das fronteiras” entre políticas domésticas e políticas externas, principalmente a de comércio exterior, que vieram com a reestruturação global a partir das novas políticas econômicas implantadas nas décadas de 1970 e 1980, exigiu-se que o comércio de bens e serviços e os investimentos passassem a ser coordenados em níveis multilaterais e que as regras de conduta dos parceiros comerciais passassem a ser controladas e arbitradas também em nível internacional através de um sistema de solução de conflitos (THORSTENSEN, 1998).

A criação da Organização inovou com esse mecanismo de solução de conflitos que contém dispositivos mais condizentes e rígidos do que aqueles do antigo GATT. A efetividade é demonstrada tanto em relação aos prazos para a solução dos litígios quanto para dar mais segurança jurídica a sistema de comércio multilateral estabelecido com a globalização. A atuação desse órgão de solução de controvérsias contribuiu e ainda contribui para evitar conflitos na área comércio entre os países membros da Organização exercendo assim uma importante função preventiva dando mais segurança e estabilidade ao sistema multilateral de comércio internacional (VARELLA, 2009).

Na OMC, os mecanismos de solução de controvérsias são bem mais rápidos e menos sujeitos a bloqueios que os do antigo GATT suprimindo a demanda de uma economia globalizada e com um comércio internacional cada vez mais integrado. Esses mecanismos podem ser invocados sempre que um membro acreditar que a ação de outro reduz os benefícios advindos de uma negociação ou de uma quebra de quebra estabelecida pela Organização. Com isso, a OMC estabelece uma série de procedimentos que devem ser observados para que uma disputa comercial seja resolvida no marco das regras multilaterais (REGO, 1996).

Além disso, com a globalização, os produtos e as empresas que os fornecem ficaram cada vez mais sem uma identidade nacional. Como consequência disso, as novas regras para o comércio internacional focaram no impacto que todas as políticas econômicas tiveram no funcionamento desse sistema multilateral de comércio, sujeitas a um tratamento justo por parte dos governos em relação aos interesses de outros países. Uma das grandes demandas desses países, por exemplo, nesse cenário do comércio global multilateral foi, e ainda é, o tratamento não discriminatório para os produtos e para as empresas dessas nações. Diante dessas demandas e de um novo contexto internacional de comércio global se fez, e ainda se faz, necessário estabelecer uma instituição reguladora para exercer o papel de

resolução de conflitos e regulação desse sistema. Por isso a importância de constituir uma organização com identidade jurídica, autonomia e caráter permanente como a OMC (THORSTENSEN, 1998).

A OMC tem o papel de estabelecer transparência, revisão de políticas entre os membros, questionamentos e pedidos de esclarecimento e com isso, presta uma grande contribuição para a segurança e previsibilidade do comércio internacional. Este trabalho rotineiro da instituição tem o potencial de desestimular iniciativas que restringem o comércio o que, na ausência de mecanismos de contenção, poderiam prosperar. Igualmente, ao institucionalizar mecanismos de consulta e troca de informações, o trabalho de rotina da Organização facilita a solução de diferenças de forma mais rápida e menos custosa que um litígio formal. Em última instância, esse trabalho cotidiano da OMC presta inestimável contribuição para que os compromissos assumidos pelos membros sejam efetivamente respeitados (AZEVEDO, 2015).

Com isso a Organização Mundial do Comércio contribui para o pleno funcionamento do sistema multilateral de comércio baseado em regras que ela incorpora reduzindo as barreiras comerciais, estimulando os fluxos comerciais, apoiando a maior participação dos países no desenvolvimento do comércio mundial e fazendo com que se respeitem as regras que pautam as relações comerciais internacionais (AZEVEDO, 2015).

Também de acordo com Azevedo (2015), a OMC é muito maior que seu pilar negociador, um bom exemplo é que desde que a instituição foi criada, 33 novos membros se juntaram a Organização, entre eles China e Rússia. Com grande importância econômica e política, essas adesões são resultados de negociações comerciais extremamente complexas. Todas essas decisões foram adotadas por consenso entre todos os membros da Organização.

### **3.2 OS ANTECEDENTES DA ENTRADA DA CHINA NA OMC**

Com o fim da Guerra Fria em 1989, um novo conceito havia evoluído no sentido de que o Estado-nação teria perdido importância e o sistema internacional dali por diante estaria baseado em princípios transnacionais. Na China, o fim de um mundo polarizado entre Estados Unidos e União Soviética (URSS) foi encarado com uma mistura de alívio e temor. Por um lado, o governo chinês recebeu de braços abertos o colapso soviético já que os dois países protagonizavam disputas territoriais desde o século XIX que se agravaram na década de 1960. Mas ao mesmo tempo os líderes chineses não podiam evitar as comparações do colapso da URSS com o seu próprio desafio doméstico (KISSINGER, 2012).



Em nível popular, as reformas econômicas iniciadas em 1978 haviam elevado às expectativas chinesas quanto ao padrão de vida e as liberdades pessoais enquanto mesmo tempo, gerava tensões que muitos chineses sentiam só poder ser reparadas por um sistema político mais aberto e com maior participação do povo. Apesar do esfacelamento do comunismo no leste europeu e na União Soviética, a China parecia estável e suas relações com o resto do mundo eram as melhores desde a constituição da República Popular em 1949. As relações com Estados Unidos em especial, haviam progredido bastante. Entretanto, esse cenário mudou de figura depois dos protestos ocorridos na Praça Tiananmen no mesmo ano em que aconteceria o fim da Guerra Fria, em 1989 (KISSINGER, 2012).

De acordo com Arrighi (2008), com as flexibilizações econômicas advindas das reformas, houve um aumento da desigualdade de renda no país, sobretudo entre as áreas rurais e urbanas. Enquanto que essa tendência pode ser resultante de uma estratégia de crescimento desequilibrado que não criou oportunidades de progresso para a maioria, a resistência à desigualdade crescente foi limitada e pôde ser eliminada ou reprimida com facilidade. Porém, com o passar do tempo essa desigualdade entrou em choque com a tradição revolucionária e passando a ameaçar a estabilidade política e social do país.

Um acontecimento decisivo para a abertura comercial da China ocorreu em meados da década de 1990, especialmente após o episódio da Praça Tiananmen. O país empreendeu medidas de abertura e flexibilização comercial e na área de investimentos, em que consistiu em quedas de tarifas e barreiras ao capital estrangeiro. Este primeiro passo à abertura foi um catalisador importante para acelerar reformas nacionais e facilitar as negociações para o acesso do país à OMC (THORSTENSEN *et al*, 2012). Para compreender essa abertura, é preciso entender o que aconteceu na Praça em 1989.

Com a morte de Hu Yaobang em abril de 1989, um importante político chinês que fora secretário geral do Partido Comunista entre 1981 e 1986 e que era favorável às reformas econômicas e a uma maior abertura política, seu funeral evoluiu para um protesto cresceu para uma ocupação da principal praça da capital do país desafiando a autoridade do governo. A manifestação era composta principalmente por estudantes e protestavam contra a corrupção, a inflação, o controle da imprensa e a permanência de quadros antigos no Partido Comunista. Os acontecimentos se agravaram e em junho desse mesmo ano o Exército de Libertação Popular cumpriram ordens para reocupar a praça e sufocar as manifestações. Entretanto a ação do exército coincidiu com a visita do líder soviético Mikhail Gorbachev, visita essa que atraiu a atenção da imprensa internacional que estava em peso na capital chinesa para cobrir o encontro. Contudo, o encontro dos líderes ficou em segundo plano e as imagens dos distúrbios

na capital chinesa correram o mundo e geraram uma intensa reação da comunidade internacional, sobretudo dos países ocidentais. Com isso a relação sino-americana, incluindo a prática estabelecida de consultas regulares entre os dois países, ficou sob pressão de um amplo espectro político. Por mais variadas que fossem as pressões, os críticos do governo chinês dentro dos Estados Unidos concordavam na necessidade de sanções para pressionar a China a alterar suas instituições domésticas e encorajar as práticas dos direitos humanos (KISSINGER, 2012).

Hobsbawn (1995, p. 352) diz que “Essas ações de massa, por si mesmas não derrubaram, nem poderiam derrubar regimes. Podiam até mesmo ser detidas por coerção e armas”. O governo chinês, segundo Kissinger (2012) alegava que o tratamento dado aos manifestantes da Praça Tiananmen era um assunto totalmente interno da China. Os líderes do país haviam optado pela estabilidade política e por isso haviam tomado medidas extremas contra os manifestantes em Tiananmen, entretanto, perplexos com a reação internacional e com suas próprias divisões, os governantes agora estavam preocupados em reestabelecer sua posição internacional abalada com os acontecimentos ocorridos em Pequim.

A repressão militar ao movimento em junho de 1989 e a consequente derrota dos ultras reformistas, impediu que a China tivesse o mesmo destino da União Soviética: a desagregação do país e o colapso do regime socialista. É, pois, interessante que naquele ano a estratégia ocidental de luta contra o socialismo teve duas consequências opostas: a derrota dos comunistas soviéticos, simbolizada pela derrubada do muro de Berlim, e a vitória dos comunistas chineses, sinalizada pela repressão da Praça Tiananmen (VISENTINI, 2011, p. 134).

Nesse contexto o secretário do Partido Comunista da China em Xangai, Jiang Zemin, é elevado ao cargo de secretário-geral do partido comunista e conseqüentemente ao posto de novo líder supremo da República Popular da China substituindo o feitor das reformas Deng Xiaoping. Jiang foi galgado ao cargo máximo porque era suficientemente cosmopolita para compreender que a China teria de operar dentro de um sistema internacional multilateral e não com uma postura isolada típica dos tempos imperiais (KISSINGER, 2012).

Em 1988 e 1989 também ocorreu um forte período inflacionário. A cúpula do Partido Comunista, desde o início da constituição da República Popular da China, é altamente suscetível a episódios de elevação de preços o que sempre leva o governo chinês a adotar medidas austeras toda vez que surgem pressões inflacionárias. Esse episódio inflacionário desses anos teve maiores conseqüências, pois se encaixa no contexto das reivindicações dos manifestantes nos protestos da Praça Tiananmen. O fato do governo não ter adotado medidas mais rígidas contra esse episódio inflacionário foi visto como uma das causas que catalisaram os protestos a dimensões que saíram do controle do governo chinês o que ajudou na ascensão

de Jiang Zemin para ser o novo líder da China, já que ele era adepto a adoção de medidas de maior austeridade fiscal e monetária para evitar a ocorrência desses novos episódios inflacionários (NONNEMBERG, 2010).

Além disso, a ascensão de Jiang Zemin era uma tentativa séria e calculada de inserir a China no novo cenário político e econômico global que se estabelecera após o fim da Guerra Fria e dentro do novo conceito de um sistema internacional baseado em princípios transnacionais. Os líderes chineses rejeitavam a ideia norte-americana de previsão do triunfo dos valores universais da democracia liberal ocidental, entretanto tinham a leitura também que seu programa de reformas necessitava da cooperação desse ocidente, sobretudo dos Estados Unidos (KISSINGER, 2012).

O governo chinês, nesse novo cenário global, já não reivindicava mais um modelo único de revolução e sua exportação. Em vez disso, tinha o desejo de trabalhar para um mundo que aceitasse seu sistema de governo, a sua integridade territorial e seus produtos de exportação para desenvolver sua economia a fim de alcançar a estabilidade política interna. Com a eleição de Bill Clinton para presidente dos Estados Unidos em 1992 as relações sino-americanas, que haviam passado por um momento de estabilidade após um tempo turbulento causado pelos eventos da Praça Tiananmen em 1989, voltariam a ficar instáveis. O novo governo norte-americano adotou a ampliação das democracias como principal objetivo da política externa, a meta era estabelecer a expansão e o fortalecimento da comunidade internacional através de democracias baseadas no mercado. Essa postura mais contundente do governo estadunidense não era planejada como uma estratégia para enfraquecer a China, mas sim refletia um conceito geral de ordem mundial ao qual o país deveria participar, entretanto os líderes chineses interpretavam a política do novo governo como uma tentativa de derrubar o governo chinês, uma tentativa de converter a China em uma democracia capitalista sem recorrer à força militar (KISSINGER, 2012).

Uma das atitudes do novo governo norte-americano foi a de atrelar o status de Nação Mais Favorecida (NMF)<sup>7</sup> exercido pela China, que fora aprovado pelo Congresso nos anos anteriores, a adoção de melhorias em suas políticas de direitos humanos. Os estadunidenses teriam sido claros ao advertir os chineses que se não houvesse progresso nessa área, o status de NMF junto ao governo norte-americano seria suspenso. O status de NMF foi

---

<sup>7</sup> O princípio da Nação Mais Favorecida estabelece que “cada parte contratante é obrigada a conceder o mesmo tratamento tarifário a todas as demais partes contratantes. Ademais, qualquer vantagem ou privilégio relacionado a importações e exportações concedido por uma parte contratante a outra deverá ser imediata e incondicionalmente estendido a todas as demais partes contratantes” (THORSTENSEN, RAMOS e MULLER, 2011, p. 4). Em suma, é um princípio de não discriminação entre nações.

estendido, mas com a condição da melhoria da política de direitos humanos. Em meio a esse cenário, as negociações sobre a adesão da China ao GATT, que mais tarde viria a se tornar a OMC, paralisaram em um impasse sobre questões substantivas e questionamentos feitos, sobretudo pelos estadunidenses (KISSINGER, 2012).

Contudo, também segundo Kissinger (2012), diante da resistência chinesa em aceitar as condições impostas pelos norte-americanos e das pressões internas de empresas estadunidenses com negócios na China, o governo dos Estados Unidos teve que abandonar sua política de condicionalidade para a continuação do status da NMF. Em 1994, o governo anunciou que o status da China iria ser estendido por mais um ano sem as condições que os norte-americanos queriam e que iria prosseguir sua política de defesa de direitos humanos a partir de outros meios como apoiar a atuação de Organizações Não-Governamentais na China. Depois disso, o governo norte-americano baixou o tom de confronto adotou uma tática de engajamento construtivo onde os chineses se comprometeram a renovar seu diálogo para obter melhores resultados na sua estratégia nacional de desenvolvimento e para obter sucesso na sua tentativa de acesso a OMC.

Após a crise ocasionada pelos acontecimentos da Praça Tiananmen, a década de 1990 “testemunhou um período de espantoso crescimento econômico na China e com ele a transformação do papel do país no mundo” (KISSINGER, 2012, p 460). Durante todo esse período a China cresceu a uma taxa não inferior a 7% ao ano, em alguns anos chegou a crescer mais 10%, continuando com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita que se situa entre os mais duradouros e poderosos da história. Perto do fim da década de 1990, a renda média era de aproximadamente três vezes o que era em 1978. No início da década de 90 o país conseguiu controlar um crescente período de inflação implementando controles de capital para controlar os preços (KISSINGER, 2012), políticas que vinham na mesma esteira do controle estatal estabelecido com as reformas iniciadas em 1978.

O programa de reformas que se acelerou nos anos 1990 estava produzindo uma extraordinária taxa de crescimento que iria, com o decorrer dos anos, modificar o papel do país no cenário político e econômico internacional, fazendo da China, uma nova potência financeira e econômica. Uma década que começara com uma turbulência política se tornara um período de realização extraordinária (KISSINGER, 2012).

Na década de 1990, o crescimento do comércio exterior chinês foi três vezes mais rápido que o restante do comércio internacional. No final dos anos 1990, o volume combinado de importações e exportações já constituía 44% do PIB chinês, em 2003, a China era o

terceiro maior importador de mercadorias e o quarto maior exportador do mundo (FENG, 2017).

Durante toda essa década de 1990, a China passou pelo processo de adesão à OMC. O processo, que na verdade começou em 1986 quando os chineses apresentaram seu pedido para retomar o status de parte contratante do GATT, só terminou em 2001 quando o país ganhou a adesão. O processo durou 15 anos, tempo esse em que ocorreram acontecimentos importantes no cenário político e econômico chinês como os acontecimentos da Praça Tiananmen, a ascensão de Jiang Zemin, os abalos na relação com os Estados Unidos e um período de grande crescimento econômico. Intercalou-se com o processo também uma mudança gradual para um regime econômico e comercial mais aberto ao exterior. Sua adesão pôde ser vista como uma tentativa mais profunda de integração com a economia global, como um grande avanço da participação dos chineses no regime econômico internacional (FENG, 2017).

O Estado chinês foi o principal articulador do processo de adesão do país à OMC. A ala mais reformista do governo chinês adotava o discurso de uma maior integração com a economia global, pois acreditava que isso além de ajudar no seu crescimento econômico, potencialmente poderia facilitar na agenda de uma possível reunificação de Taiwan (FENG, 2017).

Taiwan é considerada uma província rebelde para o governo da República Popular da China (RPC). De acordo com Kissinger (2012), a província se beneficiou da flexibilização e do desenvolvimento econômico promovido pela China e se tornou cada vez mais economicamente interdependente com a RPC. Apesar da interdependência econômica, os dois lados se divergiam por adotar caminhos ideológicos opostos. Em 1994, durante o processo de adesão da China a OMC, uma emenda constitucional lançou as bases para a eleição que seria realizada em 1996 e a independência da ilha em relação à China continental ganhava força nos discursos eleitorais. Exaltações de discursos de independência feitos por candidatos às eleições dentro dos Estados Unidos abalaram mais uma vez a relação sino-americana. Os governantes chineses não toleravam esse discurso ainda mais feito em território norte-americano, entretanto, o entrevero foi solucionado. Era importante para a China resolver essa questão e não entrar em atrito com os Estados Unidos, pois isso poderia atrapalhar sua entrada na OMC.

Com as tensões ocorridas por causa da crise em relação a Taiwan cessadas, a China pôde executar seu plano de desenvolvimento incluindo aí voltar às atenções para o processo de entrada na OMC.

O que se pode dizer é que com o crescente envolvimento da China no sistema internacional e na economia global, fatores internacionais e transnacionais desempenharam um papel ativo na formação das escolhas políticas do governo chinês. As normas e regras do regime econômico internacional têm sofrido cada vez mais influências de atores transnacionais nos fóruns multilaterais e nas instituições internacionais. Os países centrais manipulam questões sensíveis, como é o caso de Taiwan, para conseguir concessões de países que querem adentrar esses fóruns, como é o caso da China (FENG, 2017). Por isso a importância da solução dessas tensões com os países do centro, para que o processo de adesão à Organização Mundial do Comércio se concluísse com sucesso e que fosse benéfico para o país, ao mesmo tempo era importante se evitar fazer concessões dentro desse processo que pudessem prejudicar o andamento da estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pela China.

Em um caso como a adesão da China à OMC, um fórum que possui negociações bilaterais e multilaterais, boas relações com outros governos além de relações bilaterais com outros países, impacta diretamente na política da instituição em relação à entrada de novos membros. Por isso era vital para o processo de adesão da China na Organização que eventuais tensões e crises com outros países, sobretudo países centrais, fossem sanadas para que o processo de entrada fosse concluído com sucesso. A relação bilateral com os Estados estimulou esse processo de negociação (FENG, 2017).

Em 1997 ocorre a crise asiática. As economias da Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul (também conhecidos como os Tigres Asiáticos) foram atingidas por uma acentuada desvalorização das suas moedas o que acabou refletindo em fortes saídas de capital com correspondente redução das reservas cambiais daqueles países. Outras economias asiáticas, como Taiwan e Cingapura também sentiram os efeitos da crise, mas sem se envolver com um processo de saída de capitais. O movimento de saída de capital refletiu na economia doméstica desses países que viram seus produtos internos brutos encolherem, agravando a crise (CANUTO, 2000). A China não foi atingida, pois manteve o controle estatal sobre sua economia evitando os ataques especulativos que seriam a causa da crise além de assimilar “os custos de manutenção de sua moeda, acelerando seu gasto público para manter o dinamismo de seu mercado interno, liderando a retomada quase imediata da economia regional” (FIORI, 2007, p. 95).

De acordo com Triches (1999), a crise asiática de 1997 teve sua origem, originalmente, no comportamento e na ação dos intermediários financeiros, que nesse caso são as companhias financeiras e intermediários não-bancários. Essas instituições não eram

regulamentadas e nem fiscalizadas, portanto, sujeitas a sérios problemas e vulneráveis a qualquer turbulência econômica. Os empréstimos excessivos de alto risco concedidos por estas instituições criaram uma inflação nos preços dos ativos, essa valorização era, em parte, sustentada por um processo cíclico, no qual a proliferação desses empréstimos de alto risco inflacionava cada vez mais os preços desses ativos fazendo com que a condição financeira dessas instituições e desses intermediários parecesse mais saudável do que era de fato.

Essas mesmas instituições, para agravar ainda mais a situação, tomavam emprestado recursos em curto prazo quase sempre em dólares, realizando depois, empréstimos a investidores em moeda local. Quando a crise eclodiu, o processo se inverteu fazendo com que os preços dos ativos entrassem em um processo de queda vertiginosa. Nessas circunstâncias, ficou clara a falta de liquidez das instituições financeiras que suspenderam suas operações e com isso, pressionando de forma ainda mais intensa a queda dos preços dos ativos nesses países. A crise asiática foi uma crise baseada no risco moral. Foi uma crise econômica generalizada, a entrada de capitais cresceu e aumentou a capacidade de empréstimos do sistema financeiro, as instituições, sem regulação e fiscalização adequada, passaram a utilizar de práticas inadequadas para a avaliação de risco dos seus empréstimos. As instituições financeiras dos Tigres Asiáticos operaram esses empréstimos baseados em taxas de câmbio estáveis, quando a desconfiança tomou conta do mercado o câmbio se desvalorizou e as instituições tiveram que arcar com o diferencial entre o pagamento das amortizações pelos tomadores locais e as obrigações assumidas em moeda internacional. Muitas não conseguiram honrar seus compromissos e isso contagiou toda a economia desses países (TRICHES, 1999).

Com o câmbio desvalorizado em relação aos Tigres Asiáticos, que eram seus competidores no comércio internacional, e com o sucesso das redes de comércio estabelecidas nas ZEE, a China deslocou a produção situada nesses países para dentro de seu território aumentando sua participação na economia global, os fluxos de investimento estrangeiro direto também se deslocaram para a China. Em 1994, o governo chinês mantinha fixa a taxa nominal de câmbio de sua moeda, o Yuan, com o dólar (8.3 yuan = US\$1) e desde 1996 estabeleceu plena conversibilidade do Renminbi<sup>8</sup> para as transações correntes. A busca de uma taxa de câmbio nominal estável e favorável às exportações constitui um traço essencial das trajetórias bem sucedidas das industrializações do leste asiático e que a China procurou reproduzir (MEDEIROS, 2006).

---

<sup>8</sup> Renminbi é o nome oficial da moeda chinesa e Yuan é a unidade de medida da moeda em circulação no país.

Essa reprodução demonstra que, desde as reformas iniciadas em 1978, o desenvolvimento chinês pode ser definido como a internalização do desenvolvimentismo do tipo asiático ao invés de um modelo de crescimento historicamente determinado e que fora adotado nas revoluções industriais do século XIX no ocidente. Um fator determinante para a elaboração da estratégia nacional de desenvolvimento foi a percepção do atraso do país em relação aos “vizinhos tigres” e o próprio surgimento de um novo paradigma tecnológico com seu rival, Japão (JABBOUR, 2020). Agora, com a crise de 1997, a China via a oportunidade de retomar seu status de polo regional ao absorver a produção dos vizinhos que estavam em crise. A retomada desse status de principal país da região e o crescimento na participação da economia global ajudaria no seu processo de adesão à OMC, pois cada vez mais, o país ganhava importância política e econômica.

Esse status pode ser constatado quando, a partir da crise de 1997, o Yuan começou a ser usado com mais frequência em operações *off-shore* especialmente como meio de troca de comércio com países de fronteira como Malásia, Tailândia e Taiwan, turismo e investimentos em Hong-Kong, Macau e Cingapura além da forma de depósitos e serviços financeiros em Hong-Kong. A sustentação da taxa nominal de câmbio em um momento de crise regional teve altos custos para a China, entretanto foi um fator importante para a superação da crise asiática ao evitar uma corrida cambial e por se por a frente de uma estabilidade em um momento de turbulência regional. A preservação da estabilidade cambial chinesa ao mesmo tempo em que manteve sua expansão do mercado interno foi uma estratégia voltada para manter seu programa de desenvolvimento e para ampliar sua influência na região (MEDEIROS, 2006).

Nesse tempo os Estados Unidos faziam pressão para a valorização do Yuan. A pressão norte-americana foi exercida principalmente contra a centralização cambial e a política de compra de reservas do Banco Central da China que impediam que a moeda chinesa se valorizasse com o acúmulo dos fluxos líquidos de capitais. A resistência chinesa em alterar seu regime cambial se devia ao fato de que uma liberalização financeira provocasse pressões especulativas introduzindo uma restrição à autonomia da política monetária chinesa. Esta questão se destacou no processo de ingresso da China na OMC em 2001. As condições estadunidenses reduziam a autonomia da política econômica chinesa, entretanto é importante considerar que graças à manutenção de uma sólida posição de balanço de pagamentos, estas concessões ocorreram a partir de uma posição de força e não de fraqueza dos chineses (MEDEIROS, 2006).



Outro acontecimento importante para a China também acontece no final da década de 1990 em meio ao processo de adesão a OMC, as devoluções de Macau e Hong-Kong em 1999 e 1997 respectivamente. Enclaves litorâneos perdidos durante a Guerra do Ópio, os territórios de Hong-Kong e Macau eram os símbolos da submissão da China ao colonialismo ocidental e o fim da crença de que a China era o centro do mundo, o fim do império do meio e o início dos tempos de dominação de povos que os chineses chamavam de “bárbaros”.

Após a Guerra, os britânicos garantiram direitos especiais na ilha de Hong-Kong. Através do tratado de Nanquim, os britânicos conseguiram a cessão da ilha, que viria se tornar um importante entreposto comercial e uma porta de entrada dos ocidentais para um país de história milenar e com muito a oferecer em termos de comércio e mercado consumidor. Entretanto a soberania e a autoestima dos chineses ficaram muito abaladas em ceder uma parte do seu território a povos que eram caracterizados como “bárbaros” pela aristocracia chinesa (KISSINGER, 2012). Já Macau, de acordo com Halis (2019), era frequentada por portugueses desde o século XVI. No período de 1557 a 1849, Macau possuía uma administração e jurisdição mista, com as autoridades chinesas e portuguesas compartilhando competências e criando seus respectivos recintos alfandegários. A partir de 1849, a cidade foi declarada porto franco, aberta ao comércio com todas as nações. Houve um desmantelamento da alfândega chinesa e o controle da cidade ficou totalmente com os portugueses.

A devolução de Hong-Kong em 1997 e de Macau em 1999 simboliza o fim dos últimos resquícios do ciclo colonial que se iniciou no século XIX, e coincide com a ascensão econômica do país e da região. Com a introdução do princípio de uma nação, dois sistemas<sup>9</sup> o governo chinês conseguiu alcançar com êxito a reincorporação desses dois últimos enclaves coloniais (VISENTINI, 2011).

Com a reversão de possíveis sanções impostas pelos Estados Unidos e por outros países ocidentais após os incidentes da Praça Tiananmen em 1989, das demonstrações de força na crise de Taiwan em 1994, da ascensão a polo regional após seu papel de liderança para a solução da crise asiática em 1997, e com a devolução de Hong-Kong e Macau a China ascendia a partir daí, a um papel de destaque nos cenários político e econômico internacional. Toda essa ascensão ocorreu no período que se deu o processo de adesão do país a Organização Mundial do Comércio. Os chineses, diferentemente dos outros países periféricos, vinha com condições de impor concessões à instituição para consolidar seu processo de

---

<sup>9</sup> “Uma nação, dois sistemas” significa que enquanto a República Popular da China possui um sistema político comunista, Hong-Kong e Macau são reunidas ao país sob a forma de Região Administrativa Especial subordinada ao governo central, mas que goza de alto grau de autonomia (WANMING, 2021).

entrada na Organização, o que poderia mudar o status tanto do país, da OMC e o panorama do comércio global.

### **3.3 O PROCESSO DE ADESÃO DA CHINA À OMC**

A adesão da China à OMC faz parte do plano de ascensão pacífica do governo chinês que direcionaria sua política externa onde o país demonstrava um compromisso com o desenvolvimento, e a abertura econômica sem causar instabilidade no campo político internacional. O plano era uma resposta aos questionamentos feitos pelo departamento de Estado norte-americano que ponderava quais as reais intenções do país já que a China despontava como uma nova potência econômica e militar ameaçando o status hegemônico dos Estados Unidos. A crescente importância da China na economia global, na segurança internacional e nas instituições multilaterais tem despertado o maior interesse e preocupação no meio das relações internacionais com relação ao país.

O processo de adesão à OMC se inicia com o pedido de entrada do país requerente, e logo em seguida é estabelecido pelo Conselho Geral da Organização. Um Grupo de Trabalho é incumbido de avaliar o respectivo pedido de adesão, logo depois o requerente submete à instituição um memorando contendo todos os aspectos de suas políticas econômicas e comerciais bem como sua legislação pertinente aos acordos vigentes da OMC. O documento que compõe o respectivo memorando deve ficar disponível às partes contraentes da Organização para que apresentem questões por escrito ao país requerente.

Sua adesão pode ser vista como um grande avanço da participação da China no regime econômico internacional. A entrada do país na instituição é talvez o principal acontecimento da economia internacional na década de 2000 depois da crise do *subprime* de 2008 graças à dimensão de que sua economia viria a se tornar a de maior exportação do mundo. Além de fortalecer e consolidar a dimensão global da organização, a entrada da China gerou mudanças estruturais em sua economia e mudanças radicais no comércio mundial o que contribuiu imensamente para o processo de globalização da economia mundial e reconfigurando uma mudança na divisão internacional do trabalho já que havia um deslocamento da produção de riqueza para a Ásia graças ao movimento de empresas e corporações de transferir sua produção para a região em busca de menores custos e mão-de-obra abundante e qualificada.

Como resultado do seu ingresso na OMC, os chineses tiveram que assumir os regulamentos da organização, entre eles uma série de compromissos para abrir e flexibilizar

suas relações econômicas no exterior. As reformas bancárias e financeiras foram um elemento chave, já que a China se comprometeu a cumprir um cronograma de abertura do sistema bancário a concorrência estrangeira. O governo chinês também se comprometeu a eliminar gradualmente as barreiras comerciais, o grau de abertura comercial evoluiu e a progressiva redução de tarifas iniciadas em 2001 não parou desde então (CHAMORRO, 2008). O movimento operado pelos chineses para viabilizarem sua entrada na Organização exigiu diversas ações como a criação de uma base legal para o comércio exterior incluindo as reformas dos sistemas de importação e exportação; reformas do sistema cambial; redução das barreiras alfandegárias e das medidas de proteção aos exportadores (SERRA, 2003).

Com a adesão ocorrida em 2001, os chineses passam a ter uma posição diferente no cenário da economia internacional. Sua entrada na OMC, além de fortalecer e consolidar a dimensão global da própria instituição gerou mudanças estruturais no país principalmente na sua economia assim como mudanças profundas no comércio mundial em meio ao processo de globalização (SERRA, 2003). Com aplicação imediata das obrigações, os chineses se comprometeram a eliminar de forma gradual suas barreiras comerciais e expandir o acesso aos seus mercados, mas estabelecendo um calendário específico pra cada segmento da economia.

O evento de adesão da China à OMC apresenta um caso importante para se compreender a política econômica chinesa em relação ao cenário externo na era pós-reformas de 1978. O que se viu foi uma orientação maior ao mercado, entretanto essa orientação sempre foi feita de forma gradual e com um amplo controle do Estado. Estado esse que foi, inclusive, o principal construtor e condutor do processo de adesão do país à OMC, pois acreditava que esse ingresso ajudaria o país a ter uma maior integração com a economia global, pois isso estimularia as exportações e atrairia mais investimento estrangeiro auxiliando no seu crescimento econômico e na condução de sua estratégia nacional de desenvolvimento (FENG, 2017).

A decisão da China de se integrar institucionalmente a economia global através de sua entrada na OMC foi de caráter comercial, mas também foi derivada de uma política de Estado. Dada à natureza da OMC e a condição única do país, a importância de sua adesão ao regime comercial global não é simplesmente uma política comercial comum. A adesão à OMC poderia ser considerada como um componente importante para as reformas econômicas internas, pois essas exigências para o ingresso na Organização poderiam ser usadas para dar mais legitimidade às reformas estabelecidas pelo governo no cenário doméstico. Não se trata apenas de uma reforma comercial, mas de um conjunto de reformas que, através de novas

políticas econômicas, poderia trazer mudanças abrangentes e profundas para o país (FENG, 2017).

O ingresso da China também teve como objetivo estabilizar as relações comerciais com os demais países já que uma das metas de sua estratégia nacional de desenvolvimento era transformar o comércio internacional em um dos pontos centrais de sua estratégia nacional de desenvolvimento. Para que isso acontecesse de uma forma mais satisfatória o país necessitava de garantia para que suas exportações não fossem discriminadas. Com isso o objetivo era, e ainda é, utilizar as regras da OMC para evitar que medidas discriminatórias fossem adotadas contra os produtos de exportação chineses prejudicando sua estratégia de desenvolvimento na área comercial. Por outro lado, a entrada da China demonstrou vontade política dos membros da OMC de integrarem este país ao seio da organização, que tem por objetivo básico a regulação do comércio por meio de negociação de regras e supervisão de sua aplicação. Os membros da Organização atraídos pelo vasto mercado do país consideravam que as regras existentes dariam segurança para o ingresso das suas empresas e de seus produtos no território chinês ao mesmo tempo em que as regras da instituição poderiam impedir uma entrada indiscriminada de produtos chineses em seus mercados (THORSTENSEN *et al*, 2012).

Em se tratando disso, Chamorro (2008) afirma que foram realizadas reformas em decorrência dos compromissos assumidos para a entrada na organização. No final da década de 1990 foram realizadas modificações na área tributária, dentre elas, foi feita uma unificação do sistema de imposto de renda das pessoas jurídicas, de forma a colocar em igualdade de condições fiscais as empresas com investimento estrangeiro e as empresas estrangeiras estabelecidas em território chinês, sobretudo nas Zonas Econômicas Especiais. Além disso, foi estabelecido o início de um projeto piloto para transformar o atual Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de um imposto que incide apenas sobre a produção para um imposto incidente sobre o consumo. A adesão do país também estabeleceu uma maior flexibilização no setor financeiro, pois os chineses para adentrar a OMC, tiveram que se comprometer a constituir um cronograma para abrir seu sistema bancário a concorrência estrangeira. Contudo essa flexibilização continuaria a ser caracterizada por uma gestão prudente, com um amplo controle de risco e também com uma divisão prática entre bancos nacionais e estrangeiros. Tudo isso, com uma ampla supervisão do Estado, que não abre mão do profundo controle que possui sobre as atividades financeiras ocorridas no país.

O processo também fez com que o país entrasse no Acordo sobre Direitos de Propriedades Intelectuais Relacionadas ao Comércio (TRIPS), fazendo assim, com que se

criasse um quadro jurídico no campo de proteção da propriedade intelectual que teria que estar em conformidade com os padrões internacionais estabelecidos no tratado. Isso implicaria em avanços significativos no campo jurídico, como a criação de leis de proteção a propriedade intelectual e a modificação de outras, dentre as quais podemos destacar a Lei de Patentes, a Lei das Marcas e a Lei dos Direitos Automáticos. Na verdade, os compromissos da China para a adesão a OMC afetaram vários setores cujo acesso ao investimento estrangeiro foi proibido ou severamente restringido até o momento da adesão. Deles deriva a abertura do investimento estrangeiro para atividades financeiras, de seguros, distribuição comercial e telecomunicações. Na maioria dos setores, a abertura ocorreu de forma progressiva e gradual, tanto geograficamente como nos percentuais de participação estrangeira permitidos, obedecendo ao cronograma de abertura previamente acordado nas tratativas com a instituição (CHAMORRO, 2008).

A abertura desses setores de serviços em razão da entrada da China na OMC também ajudou o governo chinês a cumprir com seus objetivos em sua estratégia nacional de desenvolvimento. O desenvolvimento do setor de serviços está listado como prioridade no décimo primeiro Plano Quinquenal elaborado pelo governo chinês. Nele, os chineses estabelecem a intenção de que a China continue a abrir o setor de serviços e elimine gradativamente às barreiras aos investidores estrangeiros, embora como já fosse dito, em alguns setores ainda não seja permitida a participação de empresas de capital totalmente estrangeiro, e em joint ventures onde o lado chinês deve manter o controle principal, por exemplo, os setores bancário e de seguros. Mas o principal setor da economia chinesa impactado pelo processo foi o setor de comércio onde o país assumiu compromissos para eliminar as barreiras graduais de entrada de mercadorias em território chinês reduzindo tarifas e eliminando barreiras não tarifárias. Entretanto, a China conseguiu estabelecer com a OMC, um calendário para que esses compromissos fossem assumidos (CHAMORRO, 2008) fazendo com que o país pudesse cumprir o cronograma de maneira gradual, característica presente na política econômica chinesa desde o início das reformas.

Esse tempo maior para cumprir as concessões impostas pela OMC do que outros países tiveram se deve ao fato da posição de proeminência que a China ganhara desde o início das reformas até o final do século XX. O período transitório que a China se beneficiou desde a sua entrada em 2001 foi concluído no final de 2006. Desde Janeiro de 2007, a China está obrigada aos mesmos compromissos de qualquer dos outros 171 países membros da OMC, com as adaptações decorrentes do seu protocolo de adesão (GONÇALVES, 2008). Episódios como sua postura adotada diante da crise ocasionada pelos protestos na Praça Tiananmen, na

crise de Taiwan, seu papel exercido na crise asiática de 1997 e a devolução dos enclaves coloniais de Hong-Kong e Macau ajudaram a China a ter uma posição mais impositiva e menos subordinada aos países do centro do capitalismo durante o processo de adesão a instituição, ajudando o país a usar sua entrada na OMC para ajudar no cumprimento de seu programa de desenvolvimento econômico.

A admissão da China na Organização Mundial do Comércio foi concretizada em 2001 na Conferência Ministerial de Doha, no Qatar, em Novembro e seria viabilizada com o sucesso das negociações bilaterais entre a China e as principais potências comerciais mundiais: os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Desde já, ocorreu uma redução dos direitos alfandegários de 2,1 para 17%, comprometendo-se a China a eliminar as quotas de importação e as restrições quantitativas nos cinco anos seguintes à adesão. Ocorreu também à redução dos direitos aplicáveis aos produtos agrícolas para 14,5% e a remoção de subsídios à exportação. Houve também a redução das taxas aplicáveis aos produtos industriais para 9,4% e a remoção de direitos alfandegários no setor automobilístico até 2006, sendo permitido às empresas estrangeiras prestarem serviços de reparação e de assistência técnica, sem a utilização de intermediários locais (GONÇALVES, 2008).

A entrada do país na OMC também teve importância na evolução institucional do setor financeiro. Medidas foram antecipadas como parte do acordo entre a China e a Organização, dentre elas estão sucessivas rodadas de capitalização dos bancos comerciais estatais mediados pela emissão de títulos e a compra, por companhias recém-criadas, de “créditos podres” tendo em vista sua gestão e recuperação. Esses movimentos demonstravam que a abertura do sistema financeiro chinês, apesar da pressão externa inclusive de dentro da OMC por uma abertura mais ampla, seria lenta e gradual (JABBOUR, 2020), o que demonstra o privilégio da posição chinesa de não ceder às pressões externas no processo de entrada na instituição.

O processo de entrada foi caracterizado pela forma como o país pôde adotar de forma progressiva e gradual, as condições impostas pela OMC e por seus países membros para adentrar a instituição. O que demonstra que a China já estava em uma posição ascendente no cenário político internacional, pois nenhum país em desenvolvimento esteve na posição de questionar e impor condições no processo de entrada igual os chineses estiveram. O processo também foi conduzido pelo estado que demonstra também que o acesso à instituição fez parte da estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pelo país.

### **3.4 O DESENVOLVIMENTO CHINÊS, SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA GLOBAL E SEU INGRESSO NA OMC**

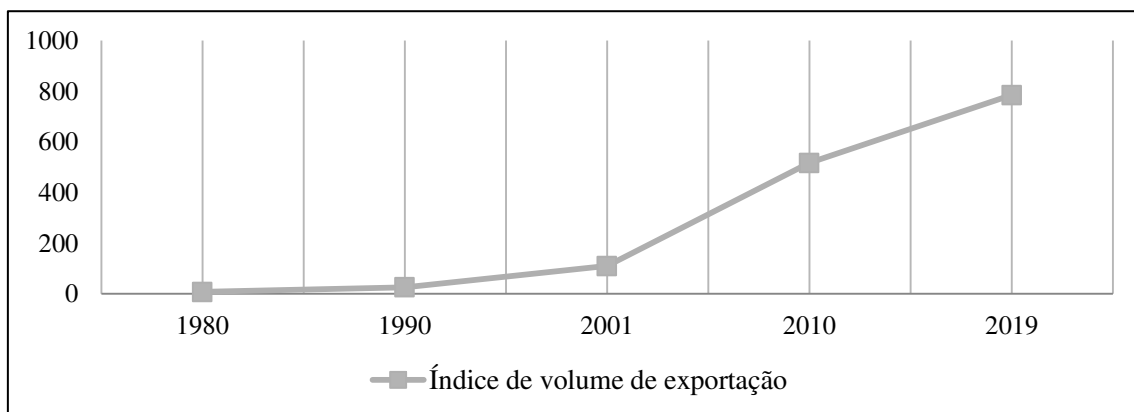
O século XXI começa para os chineses com a sua entrada na Organização Mundial do Comércio. Esse acontecimento coincide com sua ascensão como potência internacional encabeçada por um robusto crescimento econômico mudando o cenário das relações internacionais. O seu acesso a OMC representou uma importante decisão política do governo chinês em reinserir o país na arena do comércio internacional tendo nesse comércio o principal impulsionador de seu desenvolvimento. Sua entrada como já citada anteriormente, foi antecedida por alguns processos de ajuste em sua economia. Processos estes que foram feitos de forma gradual, uma das principais características da estratégia de desenvolvimento estabelecida pela China. A adesão a OMC fazia parte da estratégia chinesa de evitar o conflito com os Estados Unidos e com os outros países do centro do capitalismo para fortalecer sua política comercial.

Conforme Arrighi (2008), entre 2001 (ano da entrada do país na Organização) e 2004 a China foi responsável por um terço do aumento total do volume mundial de importações se transformando na locomotiva do restante da Ásia oriental e tendo um papel fundamental na recuperação do Japão, o que foi considerado mais um indício da mudança do poder geopolítico no leste da Ásia. Já em relação ao sul da Ásia, o comércio com a Índia subiu de 300 milhões de dólares em 1994 para mais de 20 bilhões em 2005 causando uma reviravolta na relação entre os dois países. No oriente médio, o governo chinês assinou um importante acordo petrolífero com o Irã em 2004. O mesmo petróleo que fez com que a China abrisse mão de forma voluntária de dívidas africanas de 1,2 bilhão de dólares aproximadamente em troca de um aumento nas suas relações comerciais, principalmente em relação a essa matéria-prima. Além disso, em 2004, os chineses estavam a caminho de ser o maior parceiro comercial da União Europeia. Com sua adesão a OMC, o estreitamento e a busca por novas relações comerciais para sustentar seu pujante crescimento, a China também começou a ofuscar os Estados Unidos na promoção de uma abertura multilateral do comércio. Em relação ao comércio global, uniu-se ao Brasil, a África do Sul e a Índia para liderar uma ofensiva do G20 na reunião de 2003 da organização em Cancun contra a imposição do norte de abertura dos mercados do Sul. Em relação à América Latina, as mudanças no comércio internacional ocorridas na primeira década do século XXI consolidou a China como principal parceira dos países latino-americanos (ALMEIDA FILHO e NASCIMENTO, 2018).

A proeminência da China no cenário econômico e político internacional após sua entrada na OMC é notória. De sua relação com os Estados Unidos, até a exploração de novos mercados e busca de novos acordos multilaterais com países da África e da América Latina, fica claro que o país se tornou um ator importante com um papel de destaque na economia global. Sua entrada na OMC alavancou essa ascensão, mas o ingresso na Organização Mundial do Comércio não só influenciou a sua política externa, como impactou também a sua economia interna e sua estratégia nacional de desenvolvimento. Para constatar a influência do ingresso do país na OMC e qual foi seu impacto, é preciso fazer uma análise de dados da economia chinesa desde o início das reformas até os tempos atuais, passando pelo período do processo de adesão até sua entrada definitiva na Organização em 2001.

De acordo com os dados do Banco Mundial (2021), de 1980 a 1990 o índice de volume de exportações da China aumentou 357%; entre 1990 e 2001, ano da entrada no país na OMC, esse volume aumenta 427%; de 2001 a 2010 o índice tem um aumento de incríveis 470% diminuindo o ritmo de crescimento entre 2010 e 2019 quando apresentou um aumento de 151%. Ou seja, o ápice do crescimento da participação chinesa no comércio internacional acontece exatamente após a entrada do país na Organização Mundial do Comércio em 2001, o que demonstra a importância do ingresso do país na Organização para o sucesso de sua estratégia de desenvolvimento. Isso pode ser constatado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Índice de volume de exportação - China



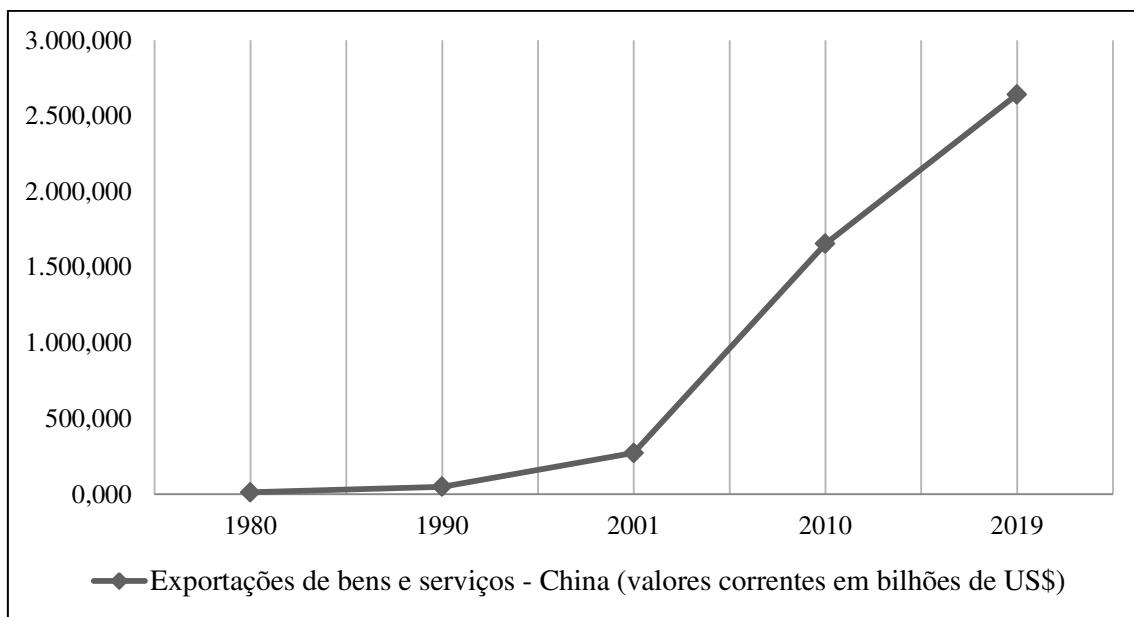
Fonte: WDI – Banco Mundial

Mas o crescimento não foi apenas nos volumes de exportação, mas também nos valores. Também de acordo com o Banco Mundial (2021), em 1980 a China tinha exportado cerca de 11 bilhões e 300 milhões de dólares em bens e serviços sendo que em 1990 ela exportou 49 bilhões e 129 milhões de dólares, um crescimento de 434% no período. Já em



2001, ano de entrada na OMC, o país exportou 272 bilhões e 60 milhões de dólares alcançando um crescimento de 553% no período entre 1990 e 2001. Em 2010 os chineses exportaram em bens e serviços 1 trilhão e 654 bilhões de dólares alcançando um incrível crescimento de 608% no total de valores de exportação de bens e serviços nesse período. Em 2019, a marca chega a 2 trilhões e 641 bilhões de dólares apresentando um crescimento de 159% no período o que demonstra que o ápice do crescimento das exportações também em valores correntes é no período logo após o ingresso da China na OMC.

Gráfico 2 - Exportações de bens e serviços - China (valores correntes em bilhões de dólares)



Fonte: WDI – Banco Mundial

Esses dados demonstram que a China atingiu o auge do crescimento de suas exportações após sua adesão à OMC. Mas também é preciso analisar se esse crescimento influenciou no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês. Em 1980, de acordo com o Banco Mundial (2021), a China apresentou um PIB de 191 bilhões de dólares. Em 1990, esse valor do PIB já estava em 360 bilhões sendo que no ano de entrada do país na OMC, 2001, o PIB apresentou um valor de 1 trilhão e 300 bilhões de dólares. Esse valor fica em 6 trilhões de dólares em 2010 e 14 trilhões de dólares em 2019 demonstrando que o PIB da China teve uma trajetória de crescimento tanto antes quanto após sua adesão à OMC.

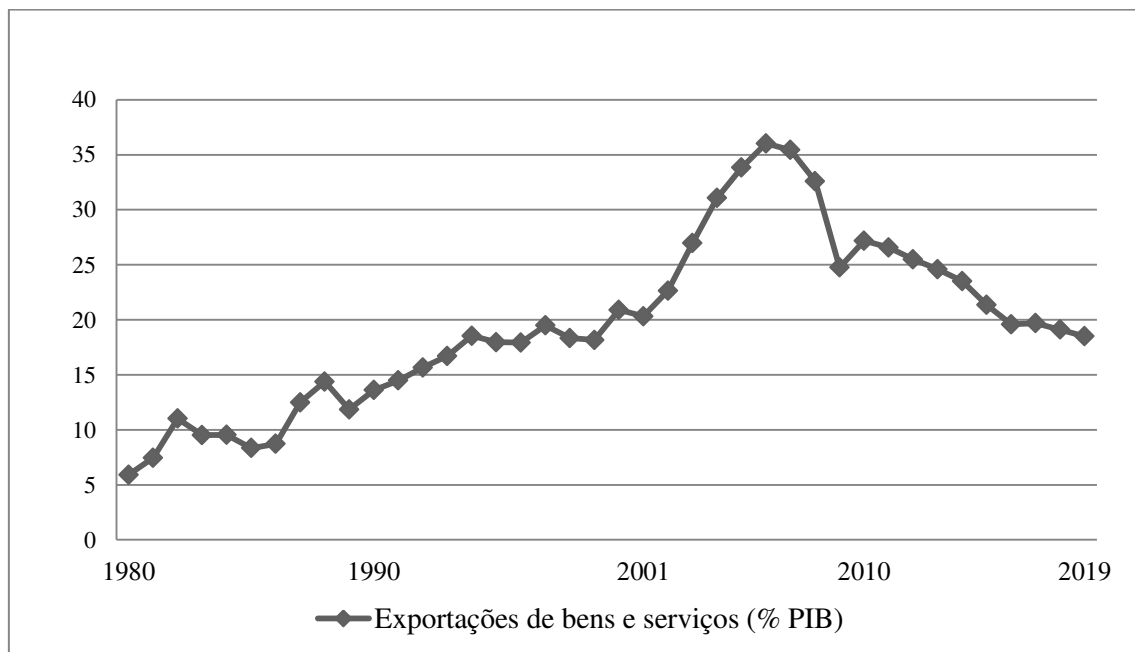
Em relação taxa média de crescimento do PIB nos períodos analisados de acordo com os dados do Banco Mundial (2021), entre 1980 e 1990, a China apresentou um crescimento médio do PIB de 9%. Entre 1991 e 2001, ano da entrada na OMC, a taxa de crescimento média chegou a 10,25% apresentando depois um pequeno aumento e chegando a

uma taxa média de crescimento de 10,81% entre 2001 e 2010. Depois, entre 2011 e 2019 a China apresentou uma taxa média de crescimento do PIB de 7,34%.

Observa-se que as maiores médias de taxa de crescimento do PIB acontecem entre 1990 e 2001 e entre 2001 e 2010. No período de 1990 a 2001 acontece o processo de adesão à OMC que é consolidado em 2001, já o período entre 2001 e 2010 são os anos seguintes à adesão. Os maiores períodos de crescimento das exportações chinesas também acontecem nesses dois períodos, tanto em volume quanto no valor de suas exportações.

É preciso analisar também a participação desse crescimento das exportações no desenvolvimento econômico chinês. Para isso, é preciso analisar a relação entre as exportações e o PIB chinês, que apresenta um crescimento robusto desde o início das reformas. Em 1980 de acordo com o Banco Mundial (2021), período inicial das reformas, as exportações representavam 5,9% do PIB; em 1990 esse valor aumenta para 13,6%; em 2001 esse valor aumenta para 22% alcançando seu ápice em 2006 com 36%; em 2010 esse valor diminui para 27,1% e para 18,4% em 2019. O ápice da participação das exportações no Produto Interno Bruto chinês ocorre justamente após a entrada do país na OMC.

Gráfico 3 - Exportações de bens e serviços (% PIB) - China



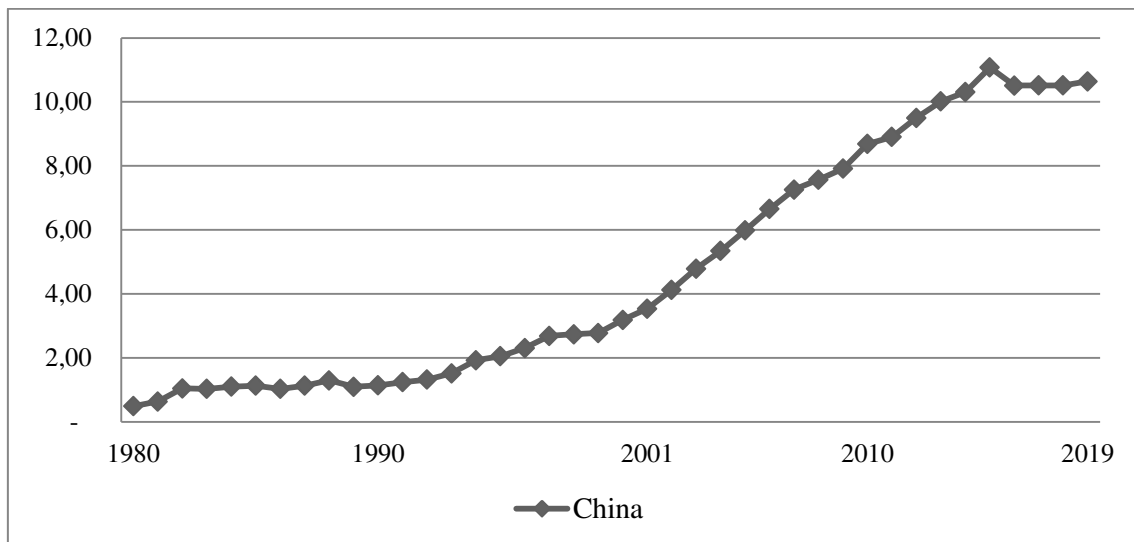
Fonte: WDI – Banco Mundial

Percebe-se no gráfico que o maior aumento da participação das exportações no PIB chinês acontece entre 2001 e 2006, nos cinco primeiros anos após a conclusão do processo de entrada do país na Organização Mundial do Comércio, sendo que no final da

década de 2000 essa participação tem uma queda acentuada, a pior desde o início da década de 1980. A queda se deve principalmente a crise financeira internacional que afetou toda a economia internacional, seus primeiros efeitos já eram sentidos em 2007 e que se agravaram no ano de 2008. Há alguns episódios de queda das participações das exportações na década de 1980, que se deve principalmente a episódios inflacionários ocorridos na economia chinesa durante esse período.

Já se sabe que uma das bases para o sucesso da estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pelos chineses era o aumento de sua participação no comércio exterior, principalmente através do aumento das suas exportações, tanto em volume quanto em valor. De acordo com dados do Banco Mundial (2021), o total de bens e serviços exportados pela China em 1980 representava apenas 0,49% do total das exportações feitas em toda a economia global em valor de moeda corrente (dólar). Em 1990 já há um aumento e as exportações chinesas passam a representar 1,14% do total das exportações globais; em 2001 essa relação já aumenta para 3,54%. Em 2010, com a China já fazendo parte da OMC essa participação dá um salto para 8,58%. Já em 2019, a China já era responsável por 10,64% do total das exportações mundiais.

Gráfico 4 – Porcentagem da participação da China no total das exportações mundiais



Fonte: WDI – Banco Mundial

No gráfico pode-se constatar que há um aumento da participação da China nas exportações realizadas por todo o globo desde o início das reformas, mas essa participação aumenta substancialmente na virada da década de 1990 para a década de 2000 quando a curva

fica mais ascendente. O fato mais importante que aconteceu nesse tempo foi justamente a entrada da China na OMC em 2001.

A partir dos dados percebe-se que a adesão da China a OMC foi fundamental para a estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pelo país principalmente porque passava por essa estratégia uma inserção do país na economia global com a construção de um modelo econômico voltado para a exportação. O processo de adesão seguiu a característica do desenvolvimento chinês de liderança e articulação feita pelo Estado que via na sua entrada do país na Organização, uma oportunidade para superar barreiras comerciais, discriminação e ganhar novos mercados.

Porém o que foi importante para a China não foi apenas à adesão, mas sim todo o processo em si. Através dos dados e do levantamento bibliográfico pode-se afirmar também que só do país, no final da década de 1980, ter notificado o antigo GATT de seu interesse em fazer parte do acordo já fez com que as exportações chinesas aumentassem. Só a volta do interesse do país na instituição multilateral já ajudou a China a se inserir no comércio internacional e na economia global como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi compreender qual foi o papel da entrada da OMC na inserção da China na economia global estabelecida através de sua estratégia nacional de desenvolvimento que se iniciou com as reformas econômicas estabelecidas a partir de 1978.

No capítulo 1 foi apresentada uma descrição das reformas econômicas estabelecidas pelo governo chinês a partir do ano de 1978. A partir dessa descrição feita através de levantamento bibliográfico percebeu-se o papel do estado como protagonista e principal articulador das políticas socioeconômicas. Em primeiro lugar, o Estado visou ganhar respaldo político através das reformas rurais. Era importante esse respaldo, pois o país havia passado por dois momentos muito difíceis nos anos anteriores, o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural que causou muitos traumas no país. Além da memória da Mao Tsé-tung que ainda era recente, pois havia falecido apenas dois anos antes, sem seu grande líder, o governo chinês precisava de um grande respaldo da população para prosseguir com as reformas e programá-las com sucesso. Logo após isso a China procurou implementar reformas para se inserir no cenário da economia global através de reformas no sistema financeiro e da constituição das Zonas Econômicas Especiais que visavam atrair capital estrangeiro e tornar o setor produtivo mais competitivo para se inserir na economia internacional com mais sucesso. Através disso, a China vislumbrava uma maior participação no comércio internacional com um crescimento baseado nas suas exportações, o que culminaria depois na decisão de adentrar na Organização Mundial do Comércio. Tudo isso sob um amplo controle do Estado.

No capítulo 2 foi descrito os principais acontecimentos da economia internacional desde a quebra dos acordos de Bretton Woods e do advento da financeirização do capital até a formação de uma nova divisão internacional do trabalho e a globalização. Apesar da quebra de Bretton Woods ter ocorrido cinco anos antes do início das reformas, compreendê-lo é de suma importância pois é a partir dele que irá acontecer a financeirização do capital, a formação de uma nova divisão internacional do trabalho e que se dará a construção de um espaço econômico globalizado. O entendimento desses dois últimos é relevante para compreender como se deu a inserção da China na economia internacional e quais eram as principais características dessa nova economia global que nasceu na quebra de Bretton Woods que causou a financeirização do capital que constituiu uma nova divisão internacional do trabalho e um espaço econômico internacional completamente integrado com a globalização.

No capítulo 3 foi descrito o contexto, o processo, a adesão da China à OMC e seus efeitos na estratégia de desenvolvimento e na inserção do país na economia global. Foi preciso descrever a transformação do GATT em OMC que ocorreu no mesmo período em que a China manifestou interesse em entrar na Organização. Foi preciso relatar também o contexto político interno e externo da China para um melhor entendimento de como ocorreu o processo de entrada na instituição, eventos como a crise ocasionada pelos protestos na Praça Tiananmen ocorridos em 1989, às crises no estreito de Taiwan, a crise asiática de 1997 e as devoluções de Hong-Kong e Macau tiveram influência no processo, pois demonstrava que a China estava assumindo um papel de proeminência no cenário político global.

A China conseguiu através da presença de um Estado forte, construir uma estratégia nacional de desenvolvimento bem sucedida. Com a constituição de instituições sólidas, o país conseguiu atravessar as instabilidades políticas internas do final da década de 1980 e resistiu às variações de um período marcado pela imposição de uma doutrina econômica que pregava a diminuição da presença estatal, o livre comércio e a precarização das relações de trabalho.

As reformas econômicas estabelecidas criaram condições favoráveis para esse programa de desenvolvimento. Com o advento da financeirização do capital foi estabelecida uma nova divisão internacional do trabalho, essa nova divisão promoveu rearranjos geográficos no espaço econômico internacional beneficiando as políticas de atração de investimentos feitas pelo governo chinês com o intuito de promover o crescimento econômico do país.

Já obtendo uma maior participação na economia global com essas políticas, os chineses perceberam que seria importante também o ingresso em uma instituição que lhe desse segurança para continuar essa inserção. A China viu na OMC uma oportunidade de constituir novos acordos bilaterais, evitar a discriminação dos produtos exportados por sua indústria, e dar mais segurança aos investidores que queriam investir na economia do país.

Através da coleta de dados da economia chinesa, e da pesquisa bibliográfica, pode-se concluir que a adesão da China à OMC foi importante e ajudou o país em sua inserção na economia global, mas essa importância não se dá só a partir do ingresso do país, que ocorre em 2001, e sim durante todo o processo, desde a manifestação do país em fazer parte da Organização até o seu final. Em 1986, a República Popular da China manifesta ao GATT sua intenção de participar do acordo, já a partir da década de 1990 constata-se que há um crescimento das exportações chinesas tanto em volume, quanto em valor e relação com o PIB. É claro que se devem levar em conta outras variáveis, mas no caso do presente trabalho

cujos objetos de análise é a entrada da China na OMC, pode-se observar que só o fato da China manifestar interesse em entrar no GATT (que mais tarde se tornaria a OMC) já ajudou o país na sua estratégia de se inserir na economia global.

Mas um fator preponderante que se deve levar em conta é a participação do Estado no processo de adesão. Aliás, desde o primeiro capítulo é possível observar que o principal articulador, elaborador e controlador das políticas econômicas chinesas é o Estado. O Estado chinês nunca abdicou de seu papel de liderança na estratégia de desenvolvimento constituída por ele, mesmo com toda a pressão de uma economia internacional dominada pelo capital financeiro que via numa presença forte do Estado um empecilho para cumprir com seus objetivos e com suas prioridades de gerar lucros e dividendos a qualquer custo sem estabelecer um programa de desenvolvimento e de prioridade de se investir no setor produtivo. Com a nova divisão internacional do trabalho o que se viu foi a precarização das relações de trabalho em todo mundo onde a busca pela mão-de-obra não gerava recursos suficientes para impulsionar um crescimento do mercado consumidor interno nos países periféricos. A atuação do Estado chinês para impedir que isso acontecesse foi fundamental para o sucesso de sua estratégia de desenvolvimento, pois a China queria se inserir na economia global, mas também queria desenvolver o país e estabelecer um forte mercado consumidor interno, e a articulação do Estado foi decisiva para o sucesso dessa estratégia. O mesmo Estado que viu na OMC uma oportunidade de consolidação de sua inserção na economia global, e como já foi dito no capítulo 3, também liderou o processo de ingresso do país na instituição.

O Estado, líder e principal articulador do programa de desenvolvimento, considerava que o ingresso da China na OMC era um componente importante para alavancar as reformas econômicas internas, pois essas exigências para o ingresso na Organização Mundial do Comércio poderiam ser usadas para dar mais legitimidade às suas reformas econômicas. Estado também, que viu na OMC uma oportunidade de ganhar novos mercados através do status que ganharia sendo um membro permanente da instituição, usando a Organização como pano de fundo para a elaboração de novos acordos bilaterais e diminuindo a discriminação que alguns países tinham em relação aos seus produtos.

Graças a sua posição de proeminência alcançada pela forma de como lidou com a crise gerada com os protestos da Praça Tiananmen até seu papel de liderança na crise asiática de 1997 fez com que a China chegasse ao seu processo de ingresso na OMC numa posição de mais destaque, o que lhe permitiu uma maior imposição de condições para que seu processo

fosse concluído, isso também foi de fundamental importância para que a entrada na instituição cumprisse seu papel de auxílio na estratégia de desenvolvimento chinesa.

A estratégia nacional de desenvolvimento elaborada pela China pode ser considerada uma estratégia bem sucedida onde o país conseguiu alcançar seu *catching-up* e uma posição de liderança política, social e econômica tanto no âmbito regional quanto mundial. O país conseguiu superar seus traumas advindos de experiências que não foram bem sucedidas e que trouxeram graves consequências para a população, como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, para ser uma economia robusta que não se abala pelas crises internacionais e que cresce de maneira constante a mais de 40 anos. Pode-se tirar de lição que um Estado líder, exercendo um forte controle sobre esse processo de desenvolvimento, é fundamental para o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento.

Ficou demonstrado que esse Estado líder pode assumir um papel de liderança no processo de adesão a organismos multilaterais para se inserir na economia global, e consolidar seu programa de desenvolvimento. E foi isso que aconteceu com a entrada da China na OMC, o Estado viu no ingresso uma possibilidade de alavancar sua posição e ajudar nessa inserção. Até então, nenhum país em desenvolvimento esteve na posição de impor condições em meio ao processo de adesão à OMC igual a China esteve.

Também ficou demonstrada a importância para o nosso país que se pesquise mais sobre a história, a política e a economia da China. O país hoje é a segunda maior economia do mundo e o nosso maior parceiro comercial, e para que não haja turbulências e instabilidades nessa relação tão importante para o Brasil, é fundamental que se tenha uma boa produção acadêmica sobre a nação asiática e que esse conhecimento seja difundido para toda a sociedade. Só através da difusão desse conhecimento, que se evitará, por exemplo, casos de discriminação e acusações infundadas que se espalharam pela sociedade brasileira durante a pandemia de Covid-19, que aconteceu no período de confecção dessa dissertação, e que são péssimas para as relações entre os dois países.

Foi relevante também para o autor o conhecimento adquirido durante toda a pesquisa. A partir dela, se viu a importância da estratégia de desenvolvimento estabelecida pela China, que surge como uma alternativa em relação às doutrinas impostas pelas instituições financeiras internacionais com o apoio dos Estados Unidos. Exemplos dessa estratégia podem ser retirados para fomentar o desenvolvimento em outros países respeitando a história e a identidade de cada um. Compreender melhor a China é de total importância para a nossa sociedade e o conhecimento adquirido durante essa pesquisa será usado futuramente em trabalhos posteriores e em um possível doutorado.



## REFERÊNCIAS

- ABRUNHOSA, Rafael David; MAURICIO, Francisco Raphael Cruz. Ensaio sobre o Papel Subimperialista da China na Reorganização da Divisão Internacional do Trabalho. *In: Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social*, 4, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza, 2020. p. 232-254.
- ACIOLY, Luciana. China: uma inserção externa diferenciada. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, [S. l.], n. 7, out./dez. 2005.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer; NASCIMENTO, Carlos Alves. Políticas de desenvolvimento orientadas numa perspectiva Sul – Sul, América Latina. *In: Workshop abordagens críticas ao desenvolvimento*, 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais PUC-Rio, 2018.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 20, n. 2, p. 243-272, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000200002>
- ALVES, Giovanni Antonio Pinto. A natureza contraditória do Estado capitalista na era na financeirização. **Estudos de Sociologia**. Marília, p. 150-153, 1999.
- APEX BRASIL. **Perfil país: China**. Brasília, 30 jun. 2021. Portal: Apex-Brasil. Disponível em: <https://www.apexbrasil.com.br/inteligenciaMercado/PerfilExportadordeSetoresprodutivosBrasileiros>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. Tradução de B. Medina. São Paulo: Boitempo, 2008. 432 p.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J.; BREWER, Benjamin. Industrial Convergence, Globalization, and the Persistence of the North-South Divide. **Studies in Comparative International Development**, [S. l.], v. 38, n. 1, 2003. <https://doi.org/10.1007/BF02686319>
- AZEVEDO, Roberto. A OMC aos 20 anos. **Boletim Meridiano 47**, [S. l.], v. 16, n. 150, p. 10-13, 2015.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators (WDI)**. Washington, 2021. Portal: Data Bank. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 07 de junho de 2021.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995.
- CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. **Econômica**, [S. l.] v. 2, n. 4, p. 25-60, 2000.
- CARCANHOLO, Reinaldo Antônio; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

CHAMORRO, Ana I. Salvador. El proceso de reforma económica de China y su adhesión a la OMC. *Pecunia*, [S. l], n. 7, p. 257-284, 2008. <https://doi.org/10.18002/pec.v0i7.695>

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 266 p.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-30, 1995.

COUTINHO, Luciano. Nota sobre a natureza da globalização. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 21-26, 1995.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 137–150, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643156>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

COX, Robert W. Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 3-28, 1999. <https://doi.org/10.1017/S0260210599000042>

FENG, Hui. **The Politics of China’s Accession to the World Trade Organization: The dragon goes global**. Nova York: Routledge, 2017. 197 p.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 77-106, 2007.

FRANK, Andre Gunder. **The development of underdevelopment** (1969), 2007. Disponível em: <https://diarium.usal.es/agustinferraro/files/2020/01/Roberts-Hite-and-Chorev-2015-The-Globalization-and-Development-Reader.pdf#page=119>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

FREITAS, Gustavo L. O. A Disputa pela Hegemonia Global entre China e Estados Unidos no Campo das Finanças. In: Seminário de Pós-graduação em Relações Internacionais da ABRI - Crises e polarizações na Ordem Mundial Contemporânea, 5, 2020, *online*. **Anais [...]** São Paulo: 2020. p. 898-921.

GERSCHENKRON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015. 404 p.

GHINATO, Paulo. Sistema Toyota de Produção: mais do que simplesmente just-in-time. **Production**, [S. l] v. 5, n. 2, p. 169-189, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/BRXLYrMFFK6WZGCvYNxC8sR/?lang=pt>. Acesso em 28 de junho de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-65131995000200004>

GONÇALVES, Arnaldo. A China na OMC: compromissos da adesão. **Janus**. Lisboa, v. 1, n. 1, 2008.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos avançados**, [S. l.], v. 11, n. 29, p. 311-361, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100017>

HARRIS, Nigel. The end of the “third world”?. **Habitat International**. [S. l.], v. 11, n. 1, p. 119-132, 1987. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0197397587900427>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

HARVEY, David. O “Novo” Imperialismo: Acumulação por Espoliação. **Socialist Register**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. Tradução de A. Sobral e M. S. Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 196 p.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S. A, 1961. 322 p.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos – O Breve Século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 632 p.

JABBOUR, Elias. **China Socialismo e Desenvolvimento: Sete Décadas Depois**. 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Mauricio Grabois, 2020. 280 p.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**, Tradução de Cássio Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 494 p.

LODI RIBEIRO, Ricardo. Globalização e a Precarização do Trabalho. In: RAMOS, Gustavo Teixeira *et al.* (org). **O Golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: Narrativas de Resistência**, Bauru: Canal 6, 2017. Cap. 65, p. 340-344. <https://doi.org/10.2307/j.ctvtwx31b.68>

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. 5. ed. México: Série Popular Era/22, 1981. 101 p.

MASIERO, Gilmar; COELHO, Diego Bonaldo. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia *going global*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 139-157, jan./mar. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572014000100009>

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. 340 p.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 26, p. 381-400, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000300004>

\_\_\_\_\_. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**, 2012. Disponível em: [http://www.iea.usp.br/artigos/me\\_deiroschina.pdf](http://www.iea.usp.br/artigos/me_deiroschina.pdf). Acesso em 27 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Política Industrial e Divisão Internacional de Trabalho. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 39, n. 1 p. 71-87, jan./mar. 2019.. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VRDCNpM4TrgfXGYcs5tMd3B/?lang=pt>. Acesso em: 20 de Agosto de 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-35172019-2925>

MORTON, Adam David. **Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**. Londres: Pluto Press, 2007, 245 p.

NAKANO, Yoshiaki. Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.] v. 14, n. 4, 1994.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 30, p. 201-218, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200002>

OLIVEIRA JUNIOR, Márcio José. As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 122-141, 2013.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jeferson. O sistema e Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 19, número 2 (34) p. 195-219, 2008.

PARANÁ, Edmilson; RIBEIRO, Valéria Lopes. Virtù e Fortuna: a trajetória da ação desenvolvimentista chinesa e seus desafios contemporâneos. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 54, p. 34-73, jul./set. 2019.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, p. 25-39, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>

PEREIRA, Lia Valls. Solução de controvérsias na OMC. **Revista Conjuntura Econômica**, [S. l.], v. 58, n. 7, p. 74-75, 2004.

PERES, Samuel Costa; ARAÚJO, Eliane Cristina de. Inserção externa e desenvolvimento econômico dos BRIC no período pós-Bretton Woods. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 71-100, Jan./Jul. 2011.

PINTO, Eduardo Costa; GONÇALVES, Reinaldo; Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa, **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 24, n. 2, p. 449-479, agosto 2015. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art8>

POCHMANN, Marcio. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. **IE/Unicamp**, Campinas, 2000. Disponível em: <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

RÊGO, Elba Cristina Lima. Do Gatt a OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. **Revista do BNDES**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 3-22, 1996. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11014>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

- SAWAYA, Rubens. China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 28, p. 5-35, fevereiro 2011.
- SELWYN, Benjamin. **The Struggle for Development**. Cambridge: Polity Press, 2017. 195 p.
- SERRA, Eduardo Gonçalves. Considerações sobre os impactos da entrada na China na OMC. **Política Externa**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 39-48, 2003.
- SILVA, Helder Paulo. Reforma e Abertura na China: Vinte e Cinco Anos. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 67-78, jan./fev. 2008.
- SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no mundo atual**, Curitiba, v. 1, n. 09, p. 24-47, 2010.
- SOUZA, Renildo. **Estado e Capital na China**. Salvador: EDUFBA, 2018. 285 p.  
<https://doi.org/10.7476/9788523220020>
- THORSTENSEN, Vera Helena; RAMOS, Daniel; MÜLLER, Carolina. O Princípio da Nação Mais Favorecida e os desalinhamentos cambiais. **Repositório IPEA**, [S. l.], 2011.
- THORSTENSEN, Vera. A OMC : Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais. **Revista brasileira de política internacional**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 29-58, Dezembro, 1998. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/S5QjKJtrjNnWsMc8h6gnQ5m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de junho de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-73291998000200003>
- THORSTENSEN, Vera; RAMOS, Daniel; MULLER, Carolina; NOGUEIRA, Thiago. Os BRICS Como Atores na Organização Mundial do Comércio. In: THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Thiago Machado (org.). **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul**. Brasília: Ipea, 2012. 470 p. p. 17-27.
- TRICHES, Divanildo. A nova ordem internacional e a crise asiática. **Políticas Externas**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 3-18, 1999.
- VARELLA, Marcelo Dias. Efetividade do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio: uma análise sobre os seus doze primeiros anos de existência e das propostas para seu aperfeiçoamento. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S. l.], v. 52, n. 2, p. 5-21, 2009. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/w5hkhsmk6W55KdkqbBHCWXf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 de julho de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000200001>
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o sistema internacional. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 19, p. 131-141, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400009>
- WANMING, Yang. **Um país, dois sistemas: a pedra fundamental da prosperidade e da estabilidade de Hong Kong**. Embaixada da República Popular da China no Brasil. Brasília, 2021. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/sghds/t1861789.htm>. Acesso em: 31 de julho de 2021.

